



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

----- **ACTA Nº 02 / 2013** -----

PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE — REALIZADA NO DIA DEZANOVE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E TREZE —

-----= *Quadriénio de dois mil e treze a dois mil e dezassete* =-----

Início: **14.40 H** (catorze horas e quarenta minutos) -----

Encerramento: **20.50 H** (vinte horas e cinquenta minutos) -----

No dia dezanove de Dezembro de dois mil e treze, em Benavente, no salão nobre do edifício dos Paços do Município, teve lugar a Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Benavente, relativa ao quadriénio de dois mil e treze a dois mil e dezassete. -----

Procedeu-se à chamada dos senhores autarcas, tendo-se verificado as seguintes presenças: -----

-António José Ganhão, Presidente da Mesa, Clarisse Isabel Ganhão Castanheiro, Rogério Figueira Rodrigues Pernes, Manuel Luís Gutierrez de Matos, Carlos Orlando Mendes Pauleta, Maria Gabriela Gambóias dos Santos, Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, Domingos Manuel Marques David, Eurico Manuel da Silva Leitão, Paulo Jorge Custódio Pinto, todos eleitos pela **CDU – Coligação Democrática Unitária**, - Luís Fernando Rato Ferreira Raposo, Pedro Nuno Simões Pereira, Maria Leonor Gómes Simões Rodrigues Dias, António José Rabaça Silva Ribeiro, António Paulo Cerqueira Chaparro, eleitos pelo **PS – Partido Socialista**, - Maria Laura Morais Vieira de Carvalho Henriques, Sónia Patrícia da Silva Ferreira Quintino, Nuno Manuel David Ganhão Vieira, Luís Filipe Gonçalves Rodrigues, eleitos pelo **PPD/PSD – Partido Popular Democrático barra Partido Social Democrata**. -----

- Os autarcas, Irina Noel Matias Batista, Ana Maria da Silva Nunes Alves, da CDU – Coligação Democrática Unitária e Célia de Jesus Correia Semeano Fernandes, do PS – Partido Socialista, comunicaram antecipadamente a sua ausência, por período inferior a trinta dias, tendo sido substituídos, nos termos legais e regimentais aplicáveis, respectivamente, por Sílvia Arminda Calado Frazão, Júlio do Carmo Cabecinha Rosado e António Paulo Cerqueira Chaparro. -----

- Estiveram também presentes, os membros da Assembleia Municipal, eleitos não directamente, Inês Branco de Almeida Vieira Correia, Presidente da Junta de Freguesia

de Benavente e Hélio Manuel Faria Justino, Presidente da Junta de Freguesia de Samora Correia, ambos eleitos pela CDU – Coligação Democrática Unitária, Nelson Alexandre da Silva Norte, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estevão, eleito pelo PPD/PSD – Partido Popular Democrático barra Partido Social Democrata e Fátima José Francisco Machacaz, Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa, eleita pelo PS – Partido Socialista. -----

- Depois de ter confirmado a existência de quórum, foi pelo Senhor Presidente da Assembleia declarada aberta a Sessão, pelas catorze horas e quarenta minutos. -----

- O senhor Presidente da Assembleia, por ausência da Primeira Secretária, Irina Noel Matias Batista, solicitou autorização para integrar a Mesa, a autarca Sílvia Arminda Calado Frazão, da CDU-Coligação Democrática Unitária. Não se tendo ninguém pronunciado contra, foi a mesma chamada a integrar a Mesa dos Trabalhos, como Segunda Secretária. -----

- Iniciou-se, então, o **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, nos termos do artigo número cinquenta e dois do anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro. O senhor Presidente da Assembleia aproveitou para explicitar a forma como se subdivide o tempo disponível para as intervenções, para a apresentação de propostas, consciencializando todos os participantes para a necessidade de ser gerido bem esse tempo, de modo a não tornar os trabalhos demasiado prolongados, em face da extensão da própria ordem de trabalhos. -----

- O senhor Presidente da Assembleia Municipal procedeu depois à leitura duma comunicação enviada pela Comissão Política da Secção de Benavente do PPD/PSD - Partido Popular Democrata barra Partido Social Democrata, datada de dezasseis de Dezembro de dois mil e treze, dando conhecimento da decisão de retirar a confiança política ao autarca, eleito pelo Partido Popular Democrático barra Partido Social Democrata, **Luís Filipe Gonçalves Rodrigues**. Na sequência desta decisão, o senhor Presidente informou o autarca em causa, do dever de transmitir a sua alteração de estatuto, como independente, à Mesa da Assembleia Municipal. -----

- Pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos, entrou na sala a autarca, inicialmente em falta, Maria Leonor Gomes Simões Rodrigues Dias, a qual depois de assinar o livro de presenças, passou a tomar parte dos trabalhos da sessão, com a presença em pleno de todos os seus membros. -----

- Prosseguindo com os trabalhos, o senhor Presidente informou que os autarcas do PS -Partido Socialista, apresentaram uma proposta de rectificação ao edital da Assembleia Municipal, com o número dois barra dois mil e treze, de vinte e cinco de Novembro, por ter saído a público com algumas incorrecções, relativamente às deliberações

tomadas na última sessão da Assembleia Municipal, de vinte e um de Novembro de dois mil e treze, a qual foi aceite. -----

- **APROVAÇÃO DA ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E TREZE, DO MANDATO DOS ORGÃOS AUTÁRQUICOS DO QUADRIÉNIO DOIS MIL E TREZE A DOIS MIL E DEZASSETES:-** Deu conhecimento de proposta de correcções à redacção da acta da sessão anterior, apresentada pelo PS – Partido Socialista, na sequência da audição prévia havida com os grupos políticos, representados na Assembleia Municipal, as quais foram aceites. Os representantes do PS-Partido Socialista, solicitaram, ainda, que o senhor Presidente procedesse à leitura dessas correcções, que foi efectuada. Focando-se no mesmo assunto, o autarca independente, Luís Rodrigues, e a eleita do Partido Socialista, Maria Leonor Dias, questionaram da necessidade da acta ser redigida ao abrigo do novo acordo ortográfico, tendo o senhor Presidente respondido da não obrigatoriedade da sua aplicação, por carecer de aprovação definitiva. -----

- Por último, os autarcas do Partido Socialista, observaram que a documentação entregue pelo senhor Domingos Figueiredo, na última sessão da Assembleia Municipal, deveria ter sido distribuída pelos autarcas e não o foi, tendo o senhor Presidente afirmado que esses documentos, não eram, efectivamente, para serem distribuídos, mas sim para encaminhamento ao serviço respectivo, conforme consta em acta. No entanto, a título meramente informativo, fez o ponto da situação do assunto a que se referem, reafirmando a intenção dos divulgar, somente depois do encerramento do processo. -----

- Dispensada que foi a leitura da acta, por ter sido oportunamente distribuída a todos os membros, procedeu-se à leitura das correcções propostas pelo Partido Socialista, seguindo-se a sua votação. Foi aprovada por maioria, incluindo as correcções propostas, com 3 (três) abstenções dos autarcas suplentes, Sílvia Arminda Calado Frazão e Júlio do Carmo Cabecinha Rosado, da CDU-Coligação democrática Unitária e António Paulo cerqueira Chaparro, do PS-Partido Socialista. -----

- **PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO:** - Nos termos do número um do artigo quadragésimo nono do anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, conjugado com o artigo número vinte e cinco do Regimento, inscreveram-se para intervir os munícipes: Nelson Lopes, Domingos Figueiredo e Mário Rosa: -----

- O munícipe, **Nelson Lopes**, iniciou a sua intervenção, saudando e desejando bom trabalho aos autarcas presentes. Depois, quis deixar uma palavra de reconhecimento e de gratidão aos munícipes recentemente falecidos: - Senhor Gerardo Correia Andrade, funcionário municipal aposentado; - Senhor Henrique Jorge Simplício Maduro, ligado

ao movimento associativo de Samora Correia e Doutor Joaquim Salvador Roque, que exerceu a actividade de médico, também em Samora Correia. Continuando a sua intervenção, o munícipe, Nelson Lopes, referiu-se, ainda, aos seguintes assuntos: Primeiro – participação variável no IRS para 2014: sugeriu que os municípios possam vir a abdicar deste imposto, principalmente quando o mesmo é aplicado sobre famílias com muitas dificuldades financeiras, deixando o assunto à reflexão da Câmara Municipal; Segundo - designação de elementos para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Benavente: reafirmou a disponibilidade para vir a ser designado para esta Comissão; Terceiro— deficiências na recolha de resíduos sólidos urbanos: questionou da resolução das anomalias que se têm vindo a verificar, com tendência a agravarem-se nesta época natalícia; Quarto - obras de grande vulto de renovação da rede de águas, que decorrem em Samora Correia: na sequência destas obras, alertou para a necessidade de se proceder à reorganização da circulação rodoviária. Entretanto, o senhor Presidente da Assembleia lembrou o munícipe que a sua intervenção já se prolongava por sete minutos e meio. Terminou a sua intervenção, questionando se o autarca Luís Rodrigues, agora com o estatuto de independente, vai integrar ou não as Comissões Específicas da Assembleia Municipal. -----

- Iniciou a sua intervenção o munícipe, **Domingos Figueiredo**, com a leitura duma carta dirigida à Assembleia Municipal, na qual solicita a sua intervenção, como órgão fiscalizador da actividade da Câmara Municipal, no processo de definição dos critérios de diferenciação de coeficientes de localização nos prédios urbanos, para efeitos de aplicação do IMI-Imposto Municipal sobre Imóveis, bem como no processo de Revisão do PDM-Plano Director Municipal de Benavente. -----

Por último interveio o senhor **Mário Rosa**, começando por dar as boas vindas a todos os presentes. Expôs, depois, o que considera ser a situação actual de menor desenvolvimento do lugar de Foros da Charneca, freguesia de Benavente, ainda sem redes de água e de saneamento, comparativamente à Barrosa, que dispõe já de todas estas infraestruturas, há algum tempo. Sublinha, igualmente, o facto da iluminação pública se encontrar muito deficitária, após a implantação do programa de poupança de energia, existem muitos candeeiros apagados a horas que deveriam estar acesos e outros acesos a horas que deveriam estar apagados, alegando não ter havido uma monitorização nos caminhos e nos locais públicos daquele lugar. Deixa um alerta para se tentar resolver as assimetrias e anomalias enunciadas, convidando os presentes a visitarem a localidade, a fim de melhor se inteirarem dos problemas. -----

- Respondendo ao público interveniente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por informar o senhor Domingos Figueiredo, que a Câmara e a Assembleia Municipal estão a trabalhar para tentar resolver os problemas, não se demitindo, obviamente, do que são as suas responsabilidades e competências. Aguardam-se pareceres jurídicos, continuam a decorrer reuniões com a CCDRLVT. Não se trata de

processos "fechados", carecem de decisão final. Concorde serem injustos os diferentes coeficientes de localização atribuídos a empreendimentos implantados na mesma zona, de natureza e características semelhantes, para efeitos de IMI. Contudo, sublinhou que a Câmara Municipal não tem nada a ver com a Administração Fiscal, nem com os seus critérios, nem com as suas atitudes e decisões tomadas. A provar-se indícios criminais, não será a Câmara Municipal que os comete, mas provavelmente ou os empresários, ou os cidadãos, ou a Autoridade Fiscal, que não cumpre com as suas obrigações legais, nunca a Câmara Municipal, vincando bem esta posição. Se a Câmara Municipal, por sua própria iniciativa ou por imposição de outros, procedesse a alterações do uso dos solos, poderia incorrer num processo indemnizatório, com todas as consequências nefastas daí decorrentes. Portanto, nunca irá por um caminho desses. Até lá, tem de se aguardar pelo desenrolar normal dos processos. Relativamente aos documentos entregues à Mesa na última sessão, pelo sr. Domingos Figueiredo, informou que os mesmos se mantêm reservados até serem colocados a discussão pública. Se o munícipe decidiu distribuí-los pelos presentes, a responsabilidade será, certamente, sua, pois além de terem sido obtidos de forma ilegal, não foi a Câmara que os forneceu, os mesmos carecem ainda de aprovação final. Alertou os grupos políticos para o facto de, se pretenderem ter conhecimento dos processos, terão ocasião de o fazer através do pelouro tripartido camarário, que os acompanha. -----

- Respondeu, ainda, ao munícipe **Nelson Silva Lopes**, afirmando que a retirada de confiança política ao membro da Assembleia Municipal, Luís Rodrigues, se tratou dum acto unilateral, o que, por si só, não lhe retira a plenitude dos seus direitos. Relativamente à sua participação nas Comissões Específicas, o processo de criação das mesmas encontra-se a decorrer. Irá estudar a situação particular deste eleito. -----

- Seguidamente, foi a vez do senhor Presidente do Executivo Municipal responder às questões suscitadas pelos munícipes intervenientes. -----

- Começou por saudar todos os participantes na Sessão, respondendo depois ao munícipe, **Nelson Silva Lopes**, notando que a sua referência à participação variável no IRS para dois mil e catorze, por parte dos municípios, se remete para a discussão do ponto dois da Ordem de Trabalhos da presente sessão. -----

Em relação às anomalias que se estão a verificar com a recolha dos resíduos sólidos urbanos, durante o período do Natal, as mesmas foram agravadas com avarias constantes de algumas viaturas de recolha de lixo, que se têm procurado colmatar, através do reforço das respectivas equipas. Já foram dadas indicações aos serviços para garantirem essas tarefas, durante os dias de tolerância de ponto, que se avizinham. -----

- Sobre a questão das obras das Águas do Ribatejo, que decorrem em Samora Correia, esclareceu que os pisos das ruas onde as mesmas decorrem, irão ser objecto de repavimentação total, havendo consenso sobre a necessidade de se aproveitar a realização dessas mesmas obras para se efectuar um estudo de mobilidade nas zonas intervencionadas, sujeito a amplo debate público, com vista ao encontro das melhores soluções para a população. -----

- Quanto à intervenção do **senhor Domingos Figueiredo**, afirmou que, por parte da Câmara, subscreve algumas das afirmações proferidas pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, e na questão do "zonamento", informou que faz parte dum conjunto de questões e preocupações que irão ser colocadas numa reunião próxima, a agendar com o senhor Chefe da Repartição de Finanças de Benavente. -----

- No que diz respeito à revisão do P.D.M., a concertação com a C.C.D.R.L.V.T. não está ainda concretizada, logo os documentos que estarão eventualmente a ser distribuídos, carecem ainda de decisão final. Em relação aos outros instrumentos, regulamentos, exclusão da REN, etc., é matéria que já está concluída, prevendo-se "fechar" muito em breve a referida concertação, para se iniciar depois o período de discussão pública, através do qual os munícipes terão a oportunidade de acesso à informação processual e manifestar as suas opiniões. -----

- Por último, respondeu ao munícipe, **senhor Mário Rosa**, confirmando a existência de assimetrias, em termos de desenvolvimento e de infraestruturas, entre a Barrosa e os Foros da Charneca, fazendo notar que as mesmas se devem ao facto de Foros da Charneca ser um povoamento muito mais disperso, comparativamente à Barrosa, como zona urbana mais consolidada. Só na rede de abastecimento de água existem cerca de vinte e dois quilómetros de condutas. Contudo, as obras de saneamento das Águas do Ribatejo, numa primeira fase, já contemplam uma parte de Foros da Charneca. Naturalmente, tenta-se todos os anos fazer um pouco mais. No ano transacto, em termos de pavimentação, foi pavimentada mais uma rua, tencionando-se dar continuidade ao trabalho constante de melhoria da qualidade de vida das populações. Classificou de injustas as suspeições da Câmara Municipal tratar de forma diferente os diversos locais do município, frisando, novamente, tratar-se de realidades diferentes. - Na questão da iluminação pública, como participante envolvido no processo com os demais vereadores, deslocaram-se aos locais, certificando-se da implementação destas medidas de poupança de energia, desmentindo a ideia de que se desligaram metade das luminárias, em Foros da Charneca. Efectivamente, em todo o concelho, desligaram-se duas mil luminárias, tendo-se, na altura, pedido às populações que dessem o seu contributo, em caso de anomalias, sem prejuízo do rigor com que foram implementadas. Já chegaram, entretanto, várias queixas de munícipes, sendo identificadas e, quando confirmadas, devidamente corrigidas. Através da

participação da comunidade, incluindo a do próprio munícipe, esses contributos serão sempre bem-vindos para a melhoria do bem-estar das populações. -----

- Terminado o período de intervenção do público, o senhor Presidente da Assembleia agradeceu aos munícipes a sua participação, assumindo o compromisso de dar sequência às questões colocadas. -----

- APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS: Prosseguiram os trabalhos com a leitura, pelos proponentes, discussão e votação de seis documentos feitos chegar à Mesa, tendo o senhor Presidente da Assembleia Municipal sugerido que os mesmos fossem sujeitos de imediato a votação, já que tinham sido previamente distribuídas cópias pelos grupos municipais, a saber: -----

- **Um** – Voto de Pesar pelo morte do médico, Dr. Joaquim Salvador Roque, apresentado pelos autarcas da CDU - Coligação Democrática Unitária; -----

- **Dois** - Voto de Pesar pela morte do Senhor José Carlos Carvalho Bogado, apresentado pelos autarcas da CDU-Coligação Democrática Unitária; -----

- **Três** - Voto de Pesar pela morte de Nelson Mandela, apresentado pelos autarcas da CDU – Coligação Democrática Unitária; -----

- **Quatro** – Voto de Pesar pela morte de Nelson Mandela, apresentado pelos autarcas do PS – Partido Socialista; -----

- **Cinco** – Congratulação aos atletas, Bruno Nobre e Diogo Ganchinho, apresentada pelos autarcas da CDU – Coligação Democrática Unitária; -----

- **Seis** - Moção sobre o Orçamento de Estado para 2014, apresentada pelos autarcas da CDU – Coligação Democrática Unitária. -----

- O documento **um** não foi discutido, tendo sido aprovado por unanimidade e aclamação; -----

- O documento **dois** não foi discutido, tendo sido aprovado por unanimidade e aclamação; -----

- Relativamente aos documentos **três e quatro**, o senhor Presidente da Assembleia esclareceu que, tendo conteúdos diferentes, referem-se ao mesmo assunto, homenagear a memória duma figura ímpar da nossa história, Nelson Mandela, pelo que se disponibilizou para tentar a consensualização de juntar os dois Votos de Pesar num só, passando a ser subscrito pelas duas forças políticas. Contudo, tal não possível, daí a sua apresentação e votação em separado. -----

- Na discussão do documento **três**, inscreveu-se para intervir a autarca, **Sónia Ferreira**, sugerindo a retirada do quarto parágrafo do texto do Voto de Pesar, alegando que, por

se tratar disso mesmo, não faz muito sentido a referência à integração de Nelson Mandela numa lista de personalidades consideradas terroristas pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos da América. Mais referiu que esta nota, não põe em causa a intenção de voto do seu partido, PPD/PSD, ficando a sugestão. -----

Questionado o proponente deste Voto de Pesar, Domingos David, da CDU – Coligação Democrática Unitária, se aceitava a sugestão dos autarcas do Partido Social Democrata, o mesmo respondeu negativamente. -----

Posto a votação, o documento **três** foi aprovado por unanimidade e aclamação. -----

- Na discussão do ponto **quatro**, inscreveram-se para intervir os autarcas, **Carlos Pauleta** e **Maria Laura Henriques**. -----

- **Carlos Pauleta** propôs duas alterações ao texto do documento, - a primeira, no início, onde se lê: “O Grupo Municipal do PS na Assembleia Municipal de Benavente apresenta um sentido voto de pesar”. Opinou que, sendo um voto que se pretende que venha a ser da Assembleia Municipal, não vê necessidade da sua identificação com o Partido Socialista; - a segunda, na parte final, onde se lê: “O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Benavente, na sua sessão ordinária de 19 de Dezembro de 2013, delibere: ...”. Opinou que o termo “delibere” deveria ser substituído por “delibera”. Considerou as alterações sugeridas, como sendo as mais adequadas à melhoria e ao sentido do texto. -----

- A autarca, **Maria Laura Henriques** apresentou, em nome dos autarcas do Partido Social Democrata, um sentido voto de pesar pela morte de Nelson Mandela, realçando a sua grandeza como Homem, o seu feito de ter acabado com o “Apartheid” e de ter sido um exemplo para todos, sublinhando ter o mundo ficado mais pobre com a sua morte. -----

- O autarca **Luís Raposo**, na sequência das propostas de alteração apresentadas pelo autarca **Carlos Pauleta**, relativas ao documento **quatro**, informou da intenção de não se alterar o texto, pois esclareceu tratar-se dum Voto de Pesar e não duma Moção, que, essa sim, é redigida duma forma perfeita e acabada, ao contrário do Voto de Pesar, que funciona mais em termos de “proposta”. -----

- Posto a votação, o documento **quatro**, foi aprovado por unanimidade e aclamação, seguido dum minuto de silêncio, de acordo com uma das resolutórias do Voto de Pesar, tendo o autarca, **Carlos Pauleta**, proposto que o mesmo se estenda a todos os votos de pesar já votados. -----

- O documento **cinco** não foi discutido, tendo sido aprovado por unanimidade, com vinte e quatro eleitos presentes, dado que o autarca, **Júlio Rosado**, da Coligação Democrática Unitária, se tinha ausentado momentaneamente da sala. -----

- O documento *seis* não foi discutido, tendo sido aprovado por maioria, com vinte votos a favor, sendo catorze da Coligação Democrática Unitária, seis do Partido Socialista, uma abstenção do autarca independente, Luís Rodrigues, e quatro votos contra do Partido Social Democrata. -----

- Concluído o período de apresentação, discussão e votação dos documentos entregues à Mesa, os quais se anexam à presente acta, fazendo parte integrante da mesma, foi dada a palavra aos senhores autarcas, inscrevendo-se os seguintes: **Maria Laura Henriques, Nelson Norte**, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estevão, **Nuno Ganhão Vieira** e **Luís Raposo**. -----

- **Maria Laura Henriques** saudou, em nome dos autarcas do Partido Social Democrata, todas as associações, colectividades e também alguns particulares, que se têm empenhado na realização de eventos de solidariedade para com instituições do Município. Louvou estas iniciativas em prol de causas sociais, dirigindo esta saudação a todas essas instituições e particulares. -----

- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estevão, **Nelson Norte**, saudou, igualmente, quatro atletas da freguesia que representa, tendo já sido referidos dois deles, **Bruno Nobre** e **Diogo Ganchinho**, pelos excelentes resultados obtidos no Campeonato do Mundo de Trampolins, bem como o atleta, **Gonçalo Guedes**, pelo, também, excelente desempenho que tem tido na modalidade de futebol, ao serviço do Sport Lisboa e Benfica, como jogador júnior e sénior, inscrito este ano nas competições europeias, assim como a **Martim Gallego**, atleta do Clube Náutico da Herdade do Zambujeiro, que conquistou recentemente o título de campeão nacional de jet ski. --

- **Nuno Ganhão Vieira**, iniciou a sua intervenção enaltecendo a Câmara Municipal pela comemoração do Dia Nacional da Árvore Autóctone. - Questionou depois como se processa a abertura de concurso público para prestação de serviços de jardinagem na área do município, com que periodicidade e em que plataforma de contratação é que o mesmo é lançado. - Indagou se o Executivo tomará providências relativamente à sinalética colocada junto à Fonte do Golfinho, em Benavente, alegando que a mesma, atendendo à forma como foi implantada, lhe retira a visibilidade quase total. Por último, relativamente às obras que decorrem em Samora Correia, na Rua Florbela Espanca, promovidas pelas Águas do Ribatejo, quis saber se está previsto separar a rede de abastecimento de água da rede de saneamento básico. -----

- O autarca **Luís Raposo**, manifestou-se preocupado com a intervenção do munícipe, senhor **Domingos Figueiredo**, pois acha que os documentos, a que o mesmo se referiu, deveriam ter sido divulgados pelos eleitos da Assembleia Municipal e não o foram, pois uma coisa foi o senhor Presidente da Assembleia ter encaminhado esses documentos para os respectivos serviços, outra coisa era tê-los feito divulgar pela

U
4.
S

Asssembleia, acreditando ter sido essa a intenção do senhor Domingos Figueiredo, quando os fez chegar à Mesa, no decorrer da última sessão. -----

Como tal, transmitiu a intenção do seu partido vir a solicitar toda a documentação e informação, necessárias ao esclarecimento do assunto em questão e, se for caso disso, solicitará parecer à CADA-Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos. Tencionam agir, de forma responsável, não querendo que lhes seja sonegada qualquer tipo de informação. Manifestou-se perplexo perante os esclarecimentos do senhor Presidente da Assembleia, na altura que se procedia à aprovação da acta, considerando-os extemporâneos, achando fazer mais sentido que fossem prestados pelo senhor Presidente do Executivo. Admirou-se ainda pelo facto de, numa reunião recente na C.C.D.R.L.V.T., terem participado o senhor Presidente da Assembleia e o ex-vereador, Miguel Cardia, interrogando a que título e com que legitimidade estiveram lá presentes.-----

- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para responder às preocupações manifestadas pelo senhor **Luís Raposo**, esclarecendo o seguinte: -----

- O processo de construção do PDM-Plano Director Municipal dura há cerca de oito anos, tendo tido várias comissões técnicas de acompanhamento, passando pelo PROT-Plano Regional de Ordenamento do Território, pela mudança do aeroporto da Ota para o Campo de Tiro de Alcochete, com a prudência, o dever de sigilo e de reserva, que se impunham com um processo desta natureza, tentando-se evitar qualquer tipo de especulação, ao nível, principalmente, de interesses imobiliários. Da parte da Câmara, houve sempre um pelouro tripartido, para que todos os partidos, com representação, tivessem um conhecimento da forma como se estava a construir o P.D.M.. Entrou-se na fase final de concertação, com outras entidades ligadas ao turismo, à agricultura, à protecção civil. Só no final de toda a concertação é que a C.C.D.R.L.V.T. emitirá o seu parecer final, a ser submetido, primeiro a parecer da Comissão Técnica de Acompanhamento e depois sujeito a discussão pública. -----

Quanto à sua intervenção, considerada de "extemporânea", bem pelo contrário, achou-a atempada, porque pretendeu dar uma resposta objectiva e clara àquilo que foram os documentos apresentados pelo senhor **Domingos Figueiredo** questionando, pelo menos em relação a um deles, do modo como os obteve, tendo a certeza que não foi, através da Câmara Municipal. Admira-se do modo como os conseguiu obter. Alguém tem de ser responsável por isso. Reafirma que só quando este processo estiver fechado, é que passará para o domínio público, de todos e não apenas de alguns, sublinhou, indignando-se, mais uma vez, como é que foi conseguido o acesso a tais documentos, como regulamentos, plantas de ordenamento, etc.. Enquanto Presidente da Câmara, teve oportunidade de questionar directamente o Presidente da C.C.D.R.L.V.T. acerca desta matéria. -----

Quanto à sua participação recente numa reunião na C.C.D.R.L.V.T., bem como do antigo vereador do pelouro, justifica que a mesma surgiu na sequência dum convite do senhor Presidente da Câmara Municipal, que fez questão de se fazer acompanhar por quem conhece e acompanhou o processo ao longo dos últimos anos, no intuito de o ajudar, nesta fase processual de concertação com aquela entidade, na prossecução dos objectivos do Município. Não existem aqui nem erros de estratégia nem falta de rigor, simplesmente acompanhou o senhor Presidente da Câmara não, como Presidente da Assembleia Municipal, mas como seu antecessor, conhecedor natural do dossier. -----

U.
J.
Vieira

- Foi, então, dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para responder às intervenções dos senhores autarcas: -----

- O Presidente do Executivo começou por responder à intervenção de **Nuno Vieira**, esclarecendo que o concurso para a manutenção dos espaços verdes, vai ser efectuado, a exemplo dos anos anteriores, através de concurso público, decorrendo ao abrigo da nova Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, bem como nos termos do Código da Contratação Pública, com publicação na plataforma electrónica. -----

Por força da nova Lei, o sector dos espaços verdes irá ser delegado nas Juntas de Freguesia, prevendo-se o lançamento do concurso em Janeiro próximo, por forma a que, antes de Abril, se possa concluir o mesmo. Após a adjudicação final, existe, dentro do novo quadro legal, a possibilidade de ceder a posição contratual da Câmara às Juntas de Freguesia, mediante negociação prévia, que culminará com essa transferência de competências. O processo ficará, assim, condicionado a este conjunto de preocupações que, pretende-se, não interrompam a normal actividade de manutenção dos espaços verdes. -----

Relativamente à questão da Fonte do Golfinho, em Benavente, esclareceu que o processo de implantação da nova sinalética, teve o acompanhamento dos técnicos da Câmara Municipal. Verificou-se, logo depois, estar demasiado alta, por dificultar a normal visibilidade da fonte, procedendo-se ao seu rebaixamento, em cerca de quarenta centímetros. Na sequência do reparo do autarca, vai solicitar nova avaliação dos serviços e, se necessário for, proceder às correcções devidas. -----

Quanto à questão do colector de esgotos unitário da Rua Florbela Espanca, em Samora Correia, se irá ser objecto de substituição, no âmbito das obras de saneamento que decorrem na zona, o senhor Presidente do Executivo informou que a intervenção naquela Rua não está considerada nesta fase da obra. Como se trata dum trabalho de continuidade, irá ser objecto de intervenção numa próxima oportunidade. -----

- Respondeu, depois, ao autarca **Luís Raposo**, do Partido Socialista, sobre a suspeição de alguma informação ter sido sonegada em relação ao processo de revisão do Plano

Director Municipal, esclarecendo que duvida da existência de muitas Câmaras Municipais no País, que tenham adoptado este modelo de equipa tripartida, criada pela Câmara de Benavente, tendo por missão acompanhar de perto a evolução deste processo, reafirmando que, em momento nenhum, se pode falar em "sonegação de informação". Na reunião na C.C.D.R.L.V.T., a que se referiu, esteve também presente o vereador do Partido Socialista, José Rocha, só não participando o vereador do Partido Social Democrata, por motivos pessoal e profissional, confirmando que o seu antecessor e o antigo vereador do pelouro, também nela participaram, a seu convite, devido ao conhecimento profundo que têm de todo o processo. Portanto, julga não ter havido qualquer sonegação de informação. O que existe, é que se trata duma área muito apetecível de interesses particulares e de especuladores, que requer muito cuidado com a abordagem que se faça ao processo. Com a sua tomada de posse, agora como Presidente da Câmara, quis retomar a constituição desta Comissão tripartida, o processo de revisão do P.D.M. está praticamente encerrado, faltando apenas a concertação com a C.C.D.R.L.V.T.. As questões suscitadas pelo representante do Partido Socialista, bem como pelo senhor Domingos Figueiredo divergem das da Câmara Municipal, realçando o facto do vereador representante do Partido Socialista, José Rocha, ter tido a oportunidade de confirmar, nessa reunião, a veemência com que a Câmara Municipal transmitiu a sua opinião frontal à C.C.D.R.L.V.T. sobre a sua intenção de alterar algumas das áreas que, anteriormente, eram áreas turísticas para "áreas de herdades e quintas". Ainda em relação à posição tomada pelo senhor Domingos Figueiredo, através da sua equipa de advogados, fez questão, para que não existissem dúvidas futuras, de confrontar a mesma com parecer jurídico, que solicitou ao Dr. Marino Vicente. -----

- Terminado o tempo de intervenção dos senhores autarcas, o senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu um intervalo de dez minutos, tendo os trabalhos sido retomados pelas dezassete horas e cinco minutos. -----

- Passou-se, então ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**, cuja documentação foi antecipadamente remetida a todos os membros da Assembleia Municipal, nos termos do número dois do artigo número cinquenta e três do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro: -----

PONTO UM - PROPOSTA DE LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA O ANO DE DOIS MIL E CATORZE – Apreciação e eventual autorização, nos termos da alínea d) do número um do artigo vinte e cinco do anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro: -----

- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para explicitação do assunto, tendo este afirmado que a proposta foi elaborada a exemplo dos anos anteriores. No próximo ano será aplicada uma taxa de um e meio por cento sobre as empresas com volume de negócios superior a cento e

cinquenta mil euros e uma taxa de meio por cento sobre as empresas com volume de negócios inferior a esse valor. Trata-se dum imposto, do qual se tem vindo, sucessivamente, a perder receita, tendo a mesma sido inferior a quatrocentos mil euros em dois mil e treze. Em anos anteriores, chegou a aproximar-se dos oitocentos mil euros. Apesar de ser um imposto que recai sobre o lucro tributável das empresas, duvidando da justeza da sua aplicação, é sua convicção que o Executivo não se encontra em condições de prescindir desta receita, sendo fundamental para a execução do orçamento municipal.-----

6
J.
ds
Nuno

Discutiram o presente ponto, os autarcas **António José Rabaça** e **Nuno Ganhão Vieira**, o primeiro dos quais manifestou-se contra esta proposta, reportando-se ao conteúdo da Moção sobre o Orçamento de Estado para dois mil e catorze, apresentado pela própria CDU e daí estabeleceu um paralelismo entre os orçamentos da Câmara e o do Estado, justificando que os orçamentos deviam de ser feitos pelo lado da receita e pelo lado da despesa, questionando, depois, o elevado número de vereadores em regime de permanência. A nível nacional, houve Câmaras que reduziram o valor da derrama a aplicar, exemplificando com as de Vila Franca de Xira e de Salvaterra de Magos. Assim, o Partido Socialista irá tomar uma posição contra a proposta, em consonância com a posição já tomada na Câmara Municipal, pelo representante do seu partido, vereador **José Rocha**. -----

- Quanto a **Nuno Ganhão Vieira**, informou que gostaria que a proposta municipal fosse no sentido de reduzir a taxa de um e meio por cento para um por cento, por forma a captar maior investimento para o Município. -----

- Respondendo às intervenções efectuadas, o senhor Presidente do Executivo elucidou o autarca **António José Rabaça**, afirmando que, ao longo destes anos de crise, as Câmaras Municipais têm vindo a ser muito penalizadas com os cortes da Administração Central, bem como com as quebras significativas das receitas próprias. Estamos perante um imposto que taxa o lucro e não as empresas em si, acrescentou. Trata-se duma verba imprescindível, por forma a obstar à diminuição de receitas que, desde dois mil e oito, estima em cerca de três milhões e meio de euros. -----

- Estendeu esta resposta ao autarca **Nuno Ganhão Vieira**, acrescentando que a redução da taxa máxima, conforme sugeriu, privaria a Câmara Municipal das receitas necessárias à prestação dos serviços públicos essenciais, junto das populações. -----

Passou-se, então, à votação da proposta, tendo a mesmo sido **aprovada por maioria**, com quinze votos a favor, sendo: treze da CDU-Coligação Democrática Unitária, encontrando-se momentaneamente, ausente da sala, o autarca da CDU, **Domingos David**, um do PS-Partido Socialista (Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa) e um do autarca independente, **Luís Rodrigues**, cinco votos contra do PS-Partido Socialista e quatro abstenções do PPD/PSD-Partido Popular Democrático barra Partido Social Democrata. -----

- Este ponto foi aprovado sob a forma de minuta. -----

PONTO DOIS – PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA 2014 – RENDIMENTOS DE 2014 – RECEITA MUNICIPAL EM

2015 – Apreciação e eventual autorização, nos termos da alínea c) do número um do artigo vigésimo quinto do anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro -----

U
J.
S

- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente do Executivo, para fundamentar a proposta, tendo este afirmado que a mesma vai no sentido de se manter a taxa dos cinco por cento, a exemplo dos anos anteriores, representando um encaixe financeiro de cerca de novecentos e quarenta e oito mil euros, havendo um decréscimo em relação aos anos anteriores, para não falar dos cortes nas transferências da administração central, para dois mil e catorze, cortes no valor de cerca de cento e dezasseis mil euros, situando-se a verba transferida no valor total de quatro milhões cento e dezasseis mil, quatrocentos e setenta euros, o que, comparativamente com outros municípios vizinhos, com menos população, recebem verbas próximas dos dez milhões de euros, constatando-se da forma incoerente como as verbas são distribuídas e, no caso concreto de Benavente, considerou-o bastante penalizado. Caso o Município pretendesse, por exemplo, baixar o valor da taxa para os quatro por cento, isso implicaria uma redução na receita de cerca de duzentos mil euros, o que não seria de todo viável, atendendo às dificuldades referidas. É fundamental para a Câmara Municipal poder contar com esta verba, para o equilíbrio das contas municipais, daí a intenção de a manter, sublinhou. -----

Inscreveram-se para intervir, os autarcas **António José Rabaça e Pedro Pereira**. -----

- O primeiro fez referência às dificuldades económicas porque passam, actualmente, as nossas famílias, sugerindo que a Câmara Municipal devesse baixar o valor da taxa aplicável, por forma a aliviar as famílias e, até, a estimular a economia local. Reconhece que a verba possa fazer falta ao município, mas não deixa de ser também um problema para as famílias, dando exemplos de outros municípios, que aplicam taxas mais baixas, casos de Lisboa (dois e meio por cento) e de Salvaterra de Magos (quatro por cento). -----

- O segundo, insurgiu-se contra o facto de se estar constantemente a deitar culpas aos sucessivos governos pelas decisões que as autarquias têm de tomar, numa atitude de desresponsabilização, de "sacudir água do capote". Parafraseou, para o efeito, Maria da Luz Rosinha, antiga Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, que dizia que "o que acontecia no seu concelho era responsabilidade sua, independentemente de quem estivesse no Governo, tudo fazendo para resolver os problemas que não fossem, até, da competência da autarquia, assumindo ela a responsabilidade de os resolver.". Finalizou, deixando um apelo para que não haja sempre a tendência de transformar tudo em questões político-partidárias,. -----

- Em resposta ao autarca, **António José Rabaça**, o Presidente da Câmara Municipal esclareceu que, relativamente ao exemplo da Câmara de Lisboa, onde, actualmente, é aplicada uma taxa mais baixa, tem, em contrapartida, uma receita enorme do IRS. António Costa foi o "pai" da Lei de Finanças Locais de 2007 e, quando foi eleito Presidente da Câmara, manteve esta taxa nos cinco por cento, só ultimamente é que a tem vindo a reduzir. Quanto à Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, salientou

que, só em verbas transferidas da administração central, recebe, actualmente, cerca de seis milhões de euros, com uma população de vinte e dois mil habitantes, e Benavente recebe quatro milhões de euros, com uma população de cerca de trinta mil habitantes. Pode não ter tanta receita proveniente do IRS, como a de Benavente, mas, também recebe mais verbas da administração central.-----

U
J.
J.
J.
J.

- Em resposta à menção do eleito **Pedro Pereira**, e da forma como se assumem ou não as responsabilidades de cada um, afirmou que a Câmara de Benavente sempre assumiu as suas responsabilidades, o que tem resultado num equilíbrio financeiro invejável, apesar do quadro financeiro pouco favorável que o País atravessa, não podendo deixar de denunciar as atitudes dum Governo Central, que não respeita o Poder Local e que o tem "mergulhado" numa situação confrangedora, havendo muitas autarquias no País que se debatem com bastantes problemas financeiros, muitas em risco de falência iminente, não por erros de má gestão, mas muito pelas políticas determinadas por sucessivos Governos, impondo condições tais, que criaram muitas dificuldades aos municípios, sendo certo que para se poder cumprir minimamente com as suas obrigações e competências, têm que ter as receitas próprias e necessárias para as exercer. Acrescentou ser simples reduzir estas taxas, mas depois como é que se conseguia cumprir com os objectivos de servir bem as populações, sem as verbas necessárias? Seria, decerto, uma atitude inconsciente, enfatizou. Em contrapartida, o caminho seguido pela Câmara tem sido outro, permitindo os resultados de boa gestão e de boa governação, de contenção de despesas, que se tem vindo a verificar.

Terminada a discussão, o senhor Presidente da Assembleia pôs à votação este ponto, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com vinte votos a favor: sendo catorze, da Coligação Democrática Unitária, quatro do Partido Popular Democrático barra Partido Social Democrata, um do Partido Socialista (Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa) e um do autarca independente, Luís Rodrigues, e cinco votos contra do Partido Socialista. -----

- Este ponto foi aprovado sob a forma de minuta. -----

PONTO TRÊS – PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2014 – Apreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea o) do número um do artigo vigésimo quinto do anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro: -----

- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal para tecer algumas considerações sobre a redução de funcionários, que se tem vindo a verificar, fruto também das medidas impostas pelos sucessivos Governos. Só nos últimos cinco anos, o Município perdeu cento e cinquenta funcionários, sem ter a possibilidade dos substituir, não havendo condições para contratar mais pessoal, devido a imposições legais, que obstam ao cumprimento, mais uma vez, dos objectivos municipais, principalmente na área operacional. Durante o corrente ano, saíram catorze funcionários, por aposentação ou por outras situações, sendo de trezentos e treze o número actual de trabalhadores ao serviço do Município. O quadro de pessoal reflecte-se no orçamento municipal, com os seus encargos, daí a necessidade de o adequar ao número de trabalhadores existentes. Referiu-se, também, à existência de

alguns lugares cativos, resultantes da transferência de funcionários para as Águas do Ribatejo e de algumas situações de mobilidade. -----

- Inscreveu-se para usar da palavra, o autarca independente, Luís Rodrigues. Admirou-se com as limitações referidas pelo senhor Presidente da Câmara, de contratar mais pessoal e, ao mesmo tempo, procede à transferência de verbas para colectividades e associações do concelho, para pagar ordenados a pessoas que trabalham para a Câmara Municipal. -----

- O senhor Presidente da Câmara respondeu, confirmando a existência de parcerias protocoladas com o movimento associativo, IPSS e escolas, tendo em vista o ultrapassar de certas dificuldades, por que também passam estas instituições, sendo da sua responsabilidade a contratação das pessoas. É uma tentativa de esforço conjunto, muito pontual, de resolver carências de pessoal em determinadas áreas específicas, como a acção social, a cultura e a educação. -----

- Entretanto, o senhor Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra, para lembrar o plano "SALUTE", enquanto plano de educação e promoção da saúde em meio escolar, de acordo com o Programa Rede Social do Município de Benavente e tendo como entidade executora o Centro de Recuperação Infantil de Benavente -----

- Intervenção, cujo conteúdo, foi confirmado pelo senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

- Posto este ponto a votação, foi o mesmo **aprovado por maioria**, com dezanove votos a favor: sendo catorze da Coligação Democrática Unitária, quatro do Partido Social Democrata e um do autarca independente Luís Rodrigues e seis abstenções do Partido Socialista. -----

- Este ponto foi aprovado sob a forma de minuta. -----

PONTO QUATRO – PROPOSTAS DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2014 - Discussão conjunta e votações separadas das propostas - Apreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea a) do número um do artigo vigésimo quinto do anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro: -----

- Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal para explicitar este ponto. Começou por afirmar que o orçamento tem uma redução, em relação a dois mil e treze, de cerca de setecentos mil euros, como resultado da diminuição dos valores da receita e do atraso verificado com a programação do próximo quadro comunitário, não podendo, por isso, ser ainda considerados projectos, neste âmbito. Foi feito com alguma prudência, tendo-se procurado utilizar boas regras na sua elaboração, como o cálculo da média aritmética dos últimos vinte e quatro meses, para cada uma das rubricas. -----

Por imposição legislativa, destacou alterações na forma como são consideradas as verbas provenientes da administração central, ou seja, anteriormente, as

transferências eram consideradas quarenta por cento como receitas de capital e agora noventa por cento dessas transferências passam a ser consideradas como receitas correntes. Destacou, igualmente, a redução das verbas transferidas da administração central, como já noutro ponto atrás referido, em cerca de cem mil euros. -----

Em relação à receita do IMI: o IMI rústico passou a ser, na totalidade, transferido para as Juntas de Freguesia e um por cento do IMI urbano passou também para as Juntas de Freguesia, ou seja, no total são cerca de cem mil euros. -----

Verificou-se, também, o aumento do valor da taxa de desconto para a Caixa Geral de Aposentações, passando de vinte por cento para vinte e três vírgula setenta e cinco por cento, resultando numa verba superior a cem mil euros. Especificou, depois, que em verbas retiradas e em medidas impostas pela administração central, fez um total de cerca de trezentos e cinquenta mil euros. -----

Apesar das vicissitudes várias, sublinhou a preocupação de se dar continuidade ao trabalho de parceria e de aproximação com as Juntas de Freguesia e com o movimento associativo do concelho, mantendo-se as verbas do ano anterior. -----

Destacou, ainda, ser possível entre o que é a receita corrente e a despesa corrente poupar cerca de um milhão e trezentos e setenta e nove mil euros, verba que irá ser aplicada no reforço da capacidade financeira de investimento do município, considerando um valor bastante significativo. -----

Mencionou, igualmente, uma verba inscrita destinada a uma acção no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria contra a Estradas de Portugal, em resultado do processo de desclassificação da estrada nacional cento e dezoito traço um, por esta entidade não ter transferido a verba acordada de quinhentos e dezasseis mil euros. -

Relativamente à despesa, procurou-se, sem descurar o essencial, conter essa mesma despesa, designadamente com a redução de encargos com pessoal, com a previsível diminuição do custo da deposição dos resíduos no aterro sanitário, com a prevista implementação dum modelo de menores custos, tendo havido, também, alguma contenção de custos com a água e também com a aquisição de serviços. -----

No conjunto, tentou-se equilibrar a receita da despesa, sem sobreorçamentar. -----

Em relação às **Grandes Opções do Plano**, foi condicionante principal ao investimento, a indefinição dos valores das verbas a distribuir no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio, não se podendo considerar candidaturas nem projectos, que se pretendem vir a concretizar, salientou. Ainda assim, foi considerada uma verba, não definida, de novecentos e vinte mil e trezentos euros, que será coberta por conta do saldo, que se prevê disponível no final de dois mil e treze e que se estima ser superior a um milhão de euros. -----

Deu-se continuidade a compromissos assumidos anteriormente, nomeadamente na área da acção social, como o apoio à continuidade da construção da nova creche de Benavente, à construção da creche do Porto Alto, a obras de beneficiação da igreja paroquial de Samora Correia, etc.. -----

Destacou, igualmente, a educação, como uma área forte nos investimentos, principalmente, através da conclusão de duas obras em curso: a requalificação das Escolas Básicas números um de Benavente e de Samora Correia. -----

Prevista, também, a renovação do parque de máquinas e viaturas, onde, até agora, não foi possível actuar, estando prevista a aquisição de uma retroescavadora e de um tractor, destinados à operacionalidade da limpeza urbana, manutenção de caminhos e corte de ervas. -----

Referiu-se, ainda, a uma verba inscrita de cento e cinquenta mil euros, destinada a satisfazer compromisso com a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, em resultado da comparticipação nas despesas com a construção dos acessos ao novo hospital. -----
Por último, frisou que estes documentos previsionais não deixam de traduzir o momento actual que o país atravessa, com muito pouca capacidade de investimento. Contudo, revelam preocupações de rigor e de critério na utilização dos dinheiros públicos, factores que se consideram absolutamente necessários a uma boa saúde financeira, podendo-se encarar o futuro como de oportunidade, aguardando-se a retoma económica, que todos desejamos, para que a possamos receber na linha da frente dos municípios com progresso e desenvolvimento. -----

- Inscreveram-se para intervir os autarcas **Luís Raposo, Pedro Pereira e Luís Rodrigues.**

- O autarca **Luís Raposo**, começou por fazer reparos a pequenas divergências detectadas nos somatórios das verbas referentes aos capítulos das despesas com pessoal e na aquisição de bens e serviços, os quais foram esclarecidos pelo senhor Director do Departamento Administrativo e Financeiro, Hermínio da Fonseca, referindo que os mesmos resultam do facto de o orçamento englobar a orgânica da Assembleia Municipal e a da Câmara, daí a aparente divergência nos somatórios. -----

No prosseguimento da sua intervenção, **Luís Raposo**, mostrou-se surpreso pelo elevado valor da percentagem com despesas de pessoal, quarenta e cinco por cento, e com a aquisição de bens e serviços, quarenta por cento, referindo-se depois à questão da necessidade do orçamento ser elaborado com maior rigor na especificidade das verbas distribuídas, em obediência ao chamado princípio da especificação, exemplificando, entre outros, na Despesa Corrente, na rubrica "Diversos" surge uma verba inscrita, não especificada, de trezentos e vinte e dois mil euros, fazendo, notar a existência de mais situações deste tipo, ao longo do documento. Salientou a importância desta questão. Só sabendo onde as verbas serão aplicadas, é que a Assembleia Municipal pode exercer melhor a sua acção fiscalizadora. -----

Por último, manifestou-se consciente do contributo nulo do seu Partido na apresentação de propostas ao orçamento em discussão, justificando ter sido pelo pouco período de tempo que mediou entre a tomada de posse dos órgãos autárquicos e a fase de apresentação do mesmo, impedindo, assim, a participação séria e sustentada do seu Partido. Frisou, no entanto, ser sua intenção fazê-lo no futuro. -----

- O eleito **Pedro Pereira**, fez também alguns reparos em relação às linhas orientadoras do orçamento, referindo que as mesmas não incluem as áreas do turismo e da formação profissional, como fazendo parte das prioridades da Câmara. Em relação ao **turismo**, realçou a contradição no que foi afirmado na recente campanha eleitoral, onde todos os partidos políticos apresentaram propostas para este sector. Enunciou alguns exemplos de municípios vizinhos de estarem a potenciar imagens de marca dos seus produtos e tradições, como Salvaterra de Magos, com o "mês da enguia", Vila Franca de Xira, com o projecto EVOA, Alcochete, com acções de dinamização da gastronomia na sua zona ribeirinha. Criticou a falta de estratégia e de vontade política para desenvolver este sector, dando como um exemplo o encerramento do posto de

turismo, existente no Porto Alto. Referiu, também, que a responsabilidade não pode ser só imputada à Entidade Regional do Turismo, opinando que a Câmara deveria ter mesmo um papel mais interventivo e de parceria com esta Entidade. Com tantas potencialidades que o Município tem, gostaria que as mesmas fossem melhor aproveitadas, destacando o campo, a floresta, a lezíria e a gastronomia, assim como deveria apostar-se mais no embelezamento dos nossos espaços públicos. No entanto, deixa uma palavra de esperança no trabalho e no dinamismo que a nova vereadora do pelouro possa vir a incutir ao sector, bem como no novo Presidente da Entidade Regional do Turismo, recentemente empossado. -----

U.
J.
P.
P.

Relativamente ao sector da formação, mencionou que a actividade da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, como entidade responsável pela formação, não tem sido a suficiente, pois a mesma não tem chegado a todos os funcionários. Considera também muito reduzida a verba inscrita em orçamento, no valor de cinco mil euros. A própria Lei número cinquenta e nove barra dois mil e oito, que estipula o número de dez horas anuais por funcionário, não lhe parece que esteja a ser cumprida. A sua opinião vai no sentido da Câmara Municipal apostar mais na formação dos seus funcionários. Eles são a imagem dos serviços e, por isso mesmo, há que melhorar, propondo, para o efeito, a elaboração dum Plano de Formação Interno, do qual fará parte uma bolsa de formadores "da casa" para dar formação aos colegas, aproveitando-se os recursos próprios existentes, isto é, sem custos. Terminou, dizendo que haverá sempre um retorno para a Câmara ao investir na qualificação dos seus funcionários. -----

- Na última intervenção deste ponto, o autarca **Luís Rodrigues**, solicitou esclarecimento relativamente a verba inscrita destinada à construção da casa mortuária de Samora Correia, bem como de uma outra destinada a acção social escolar, relativa ao ano de dois mil e oito barra dois mil e nove. -----

Usando da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu aos autarcas inscritos, dirigindo-se primeiro ao senhor **Luís Raposo**, dizendo-lhe que o presente orçamento foi elaborado durante o período de seis semanas, tendo sido disponibilizado a todos os vereadores, para que dessem os seus contributos. Respondeu-lhe depois ser comum, na maioria das Câmaras, os encargos com o pessoal rondarem os quarenta e cinco por cento, tendo Benavente, mesmo assim, um dos rácios mais baixos, de trabalhador por município. Em relação à discriminação das verbas, explicou que as mesmas são especificadas nas Grandes Opções do Plano, só que, em Orçamento, surgem aglutinadas nas respectivas rubricas, numa relação com a respectiva classificação. -----

- Em segundo lugar, respondeu ao autarca, **Pedro Pereira**, referindo que as candidaturas aos fundos europeus, para a área da formação, são efectuadas conjuntamente pelos municípios que integram a CIMLT, o que foi previamente acordado entre eles. Em relação à verba de cinco mil euros, referiu que a mesma se destina a acções muito concretas. Em tudo o resto, encontra-se integrado no plano de formação da CIMLT. -----

Relativamente ao turismo, respondeu dizendo que, na recente campanha eleitoral, foi bem definido que se pretendia desenvolver o sector, em articulação conjunta com a

U
L.
S

Entidade Regional do Turismo. Entidade que, ao longo dos últimos anos, não demonstrou grande actividade. Actualmente, as expectativas são melhores. O próprio Presidente da Entidade visitou recentemente o Município, integrado numa visita que pretende fazer por todos os Municípios, coisa que já não acontecia há muito. A nossa acção no turismo está no terreno, ao contrário do que se quer fazer transmitir. Temos dinamizado a componente do "cavalo", numa acção pioneira que nos diferencia dos outros municípios. E é, precisamente, nessa diferenciação que devemos apostar, procurando-se envolver os promotores, os proprietários, os agentes, em volta desta discussão. A crise económica que o País atravessa tem-se reflectido com a pouca capacidade de investimento dos municípios, o que não tem permitido avançar com os projectos pretendidos. Mas, independentemente, de tudo isso, existe a consciência do caminho que se quer seguir, apostando na diferenciação e na articulação entre todos os agentes envolventes. -----

- Em terceiro lugar, respondeu ao autarca Luís Rodrigues, relativamente à verba inscrita na acção social escolar e reportada ao ano lectivo de dois mil e oito dois mil e nove, esclarecendo que a mesma se refere a um conjunto de verbas ainda não recebidas, face a uma mudança de procedimento verificada a partir desse ano e que, até ao presente, ainda não foi processada. Esclarecimento confirmado e complementado pelo senhor Director do Departamento Administrativo e Financeiro, Hermínio da Fonseca. -----

- Posto o documento do **ORÇAMENTO** a votação, foi o mesmo **aprovado por maioria**, com dezasseis votos a favor, sendo: catorze da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Socialista (Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa) e um do Partido Social Democrata (Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estevão); cinco votos contra do Partido Socialista e quatro abstenções, sendo: três do Partido Social Democrata e uma do autarca independente, Luís Rodrigues. -----

- Posto o documento das **GRANDES OPÇÕES DO PLANO** a votação, foi o mesmo **aprovado por maioria**, com dezasseis votos a favor, sendo: catorze da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Socialista (Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa) e um do Partido Social Democrata (Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estevão); cinco votos contra do Partido Socialista e quatro abstenções, sendo: três do Partido Social Democrata e uma do autarca independente, Luís Rodrigues. -----

- Este ponto foi aprovado sob a forma de minuta. -----

PONTO CINCO – CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE BENAVENTE – designação de quatro elementos de entre cidadãos eleitores, nos termos da alínea l) do artigo dezassete do Anexo à Lei número cento e quarenta e sete barra noventa e nove, de um de Setembro: -----

- O senhor Presidente da Assembleia apresentou este ponto, afirmando ter sido acordada, previamente, com todos os grupos políticos, a proposta de designação de quatro cidadãos eleitores, para integrarem a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Benavente, cujos nomes são os seguintes: -----

- U
4.
[Handwritten signature]
- **Clarisse Isabel Ganhão Castanheiro e Felisbela Feliciano dos Santos Caçador**, propostas pela Coligação Democrática Unitária; -----
 - **Maria Leonor Gomes Simões Rodrigues Dias**, proposta pelo Partido Socialista; -----
 - **Maria Laura Moraes Vieira de Carvalho Henriques**, proposta pelo Partido Social Democrata. -----

- Não se registaram intervenções dos senhores autarcas, pelo que se passou à votação deste Ponto, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com vinte e dois votos a favor, sendo: treze da Coligação Democrática Unitária, cinco do Partido Socialista e quatro do Partido Social Democrata e um voto contra do autarca independente, Luís Rodrigues, **que apresentou declaração de voto, anexa à presente acta, fazendo parte integrante da mesma**. Não votaram, por se encontrarem, momentaneamente, ausentes da sala, os senhores autarcas, Júlio do Carmo Cabecinha Rosa, da Coligação Democrática Unitária e António Paulo Cerqueira Chaparro, do Partido Socialista. -----

- Este ponto foi aprovado sob a forma de minuta. -----

PONTO SEIS – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, nos termos da alínea d) do artigo quinto da Lei número quarenta e um barra dois mil e três, de vinte e dois de Agosto: -----

- O senhor Presidente da Assembleia Municipal explicitou o modo como a eleição se iria efectuar, tendo sido apresentada uma **única lista**, designada por lista **"A"**, constituída pela eleita, **Inês Branco de Almeida Vieira Correia**, Presidente da Junta de Freguesia de Benavente, que foi submetida a votação por escrutínio secreto, tendo os escrutinadores nomeados pela Mesa, Luís Fernando Rato Ferreira Raposo, do Partido Socialista e Sónia Patrícia Silva Ferreira Quintino, do Partido Social Democrata, registado vinte e cinco boletins entrados na urna. -----

Foi o seguinte o resultado da votação: -----

- **Lista "A" – Dezassete votos;** -----

- **Votos em branco – oito votos.** -----

Assim, foi eleita por maioria, como representante das Freguesias do Município de Benavente no Conselho Municipal de Educação, a Presidente da Junta de Freguesia de Benavente, **Inês Branco de Almeida Vieira Correia**. -----

-- Este ponto foi aprovado sob a forma de minuta. -----

PONTO SETE – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA REVISÃO OFICIAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO, PELO PERÍODO DE TRÊS ANOS – Projecto de decisão de adjudicação, nos termos do número dois do artigo quarenta e oito da Lei número dois barra dois mil e sete, de quinze de Janeiro: -----

- Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para explicitar o Ponto, referindo tratar-se duma fase de procedimento concursal, prevista na Lei: -----

- Inscreveu-se, para usar da palavra, o autarca **António José Rabaça**, que solicitou esclarecimentos sobre se tinha sido aplicada, neste processo, a redução remuneratória e em que rubrica orçamental estava esta despesa inscrita. -----

- Em resposta ao autarca, o senhor Presidente da Câmara esclareceu que a questão da redução remuneratória já tinha sido levantada aquando da aprovação do respectivo caderno de encargos, em anterior sessão da Assembleia Municipal, tratando-se, obviamente, duma regra legislativa que, apesar de divergir quanto ao seu conteúdo e aplicação, tem, necessariamente, de ser cumprida. A respectiva verba, encontra-se inscrita em orçamento, na rubrica "Diversos", não tendo classificação específica, acrescentou. -----

- Não havendo mais intervenções, foi este Ponto sujeito a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

-- Este ponto foi aprovado sob a forma de minuta. -----

PONTO OITO – PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – Apreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea c) do número um do artigo sexto da Lei número oito barra dois e doze, de vinte e um de Fevereiro e do artigo doze do Decreto-Lei número cento e vinte e sete barra dois mil e doze, de vinte e um de Junho: -----

- O senhor Presidente da Câmara fez uma abordagem sucinta ao assunto, salientando que, esta autorização prévia, é efectuada duma forma global, não caso a caso, pois, se assim fosse, provocaria atrasos na resolução dos processos. Trata-se de compromissos previstos em Plano plurianual e também de outros que não foram assumidos no corrente ano, e que, por isso terão de transitar para o próximo, comprometendo-se a apresentar, em futuras sessões da Assembleia, informação detalhada de todos os casos que venham, entretanto, a ocorrer. -----

- Inscreveram-se para usar da palavra, os autarcas **Luís Raposo** e **Pedro Pereira**. -----

O primeiro para divergir da designação utilizada, opinando não se tratar duma autorização "prévia" para assunção de compromissos plurianuais, mas sim duma autorização "genérica" para dispensa de autorização, manifestando dúvidas quanto à sua legalidade, apesar de se estar perante uma norma de natureza imperativa, cuja violação determina a sua nulidade, prevalecendo sobre quaisquer outras, secundada pela aplicação de sanções aos titulares de cargos políticos e outros, que assumam compromissos em violação ao previsto na mesma. Sublinhou, no entanto, que se lhe for dado a conhecer um parecer jurídico, que divirja da sua opinião, mostrando-se favorável ao sentido da Lei, ele automaticamente reconsiderava o juízo feito e votaria a favor desta proposta. -----

- O segundo, deu a conhecer que as suas reservas em relação ao conteúdo deste Ponto, eram idênticas à do seu colega de partido, tendo até já tido oportunidade das

transmitir durante a reunião da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, ocorrida no dia anterior. -----

- Dito isto, usou da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal referindo ser esta a prática comum de entre os municípios portugueses, pois tornar-se-ia incomportável a realização de sessões sucessivas da Assembleia, para autorizar um a um todos os compromissos necessários, principalmente em assuntos fundamentais para a prossecução de objectivos de interesse para as populações. No entanto, face ao contraditório, irá solicitar a elaboração dum parecer jurídico, para tranquilidade no futuro. -----

- Entretanto e no intuito de ajudar no esclarecimento desta questão, tomou a palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal, afirmando ter tido a oportunidade de estar na linha da frente na discussão desta Lei, enquanto dirigente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, em reuniões realizadas com o Ministro das Finanças de então e com o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, confirmando exactamente ter ficado salvaguardada esta possibilidade. Exemplificou com o sector da educação, onde existem encargos que têm de transitar dum ano para o outro, tendo de ser assumidos por conta do orçamento seguinte. -----

Sublinhou, por último a obrigatoriedade de trazer sempre à Assembleia Municipal todas as situações que derivem destes compromissos plurianuais, sob pena da aplicação das sanções previstas na Lei, já atrás evocadas pelo senhor autarca, Luís Raposo. -----

- O senhor autarca, Luís Raposo, usou ainda da palavra para questionar sobre os valores dos fundos disponíveis e dos valores dos compromissos. -----

- O senhor Presidente da Câmara respondeu ser muito difícil contabilizar os valores de cada um destes compromissos, sendo óbvio que nenhum deles transitará para o orçamento seguinte, sem haver fundos disponíveis para tal, a própria Lei é taxativa nesse ponto. A Câmara de Benavente tem cumprido sempre a Lei dos compromissos, ao contrário de muitas outras, por esse País fora. Por último, referiu ser intenção do Executivo pagar até ao final do ano toda a facturação, que se encontre em condições de ser liquidada. -----

- Terminadas as intervenções, procedeu-se à votação deste Ponto, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com vinte votos a favor: sendo catorze da Coligação Democrática Unitária, quatro do Partido Social Democrata e um do Partido Socialista (Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa); quatro votos contra do Partido Socialista e uma abstenção do autarca do Partido Socialista, Pedro Pereira, que **apresentou declaração de voto, anexa à presente acta, fazendo parte integrante da mesma.** -----

-- Este ponto foi aprovado sob a forma de minuta. -----

PONTO NOVE – AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E DE DESPESAS PLURIANUAIS, COM A JUNTA DE FREGUESIA DE BENAVENTE

N
J.
A

– Apreciação e eventual autorização, nos termos da alínea k) do número um do artigo vigésimo quinto, conjugada com a alínea m) do número um do artigo trigésimo terceiro, ambas do anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro: -----

- O senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para propor que, entre os pontos números nove a dezasseis, por serem matérias semelhantes, mudando apenas o nome da Junta de Freguesia, a apresentação e discussão dos mesmos seja conjunta, mas com votação separada, bastando apenas uma intervenção do senhor Presidente da Câmara, que será igual para todos os pontos, assim como em relação às intervenções que se pretendam fazer. Propôs, igualmente, um intervalo nos trabalhos de cerca de cinco minutos. -----

- Foram retomados os trabalhos pelas dezanove horas e dez minutos, tendo usado da palavra, para contextualizar os pontos duma só vez, conforme proposto, o senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo ser apanágio dos vários mandatos do Executivo manter um diálogo frutuoso, de proximidade com as Juntas de Freguesia, nomeadamente em relação a esta matéria da delegação de competências, procurando-se fazer um trabalho de identificação das áreas onde se pudesse actuar. Sempre assim foi. A publicação da nova Lei número setenta e cinco de doze de Setembro, veio tratar esta temática, inserida num quadro económico e financeiro difícil, em que o País vive. Havia anteriormente protocolos de delegação de competências estabelecidos com as Juntas de Freguesia, em diversas áreas e aos quais estava associado um determinado valor. Com esta nova Lei, algumas dessas competências passaram umas a ser das competências próprias das Juntas, como o exemplo dos parques infantis e polidesportivos, como outras que são as designadas de delegações “legais”, para as quais está previsto um prazo de cento e oitenta dias, a contar da data de tomada de posse dos órgãos autárquicos, para se concretizarem, mediante a realização duma negociação prévia. Perante esta nova imposição legal, tiveram de ser encontradas formas para garantir que as Juntas de Freguesia, durante estes quatro meses de preparação, tivessem condições financeiras para manterem a sua actividade, a fim de poderem cumprir com os seus compromissos, isto é, com a normalidade que se exige. Tendo sido feito um trabalho de identificação das competências que pudessem ser estabelecidas por contrato, que ora se apresenta, onde estão incluídos os cemitérios, os espaços internet, válido para as quatro Juntas de Freguesia e solicitar-se à Assembleia Municipal que seja autorizado o apoio financeiro às Juntas de Freguesia, para poderem gerir financeiramente as suas freguesias, até à concretização dos contratos atrás referidos. Em relação às novas

competências, vai ser um processo complicado, como por exemplo a transferência de competências na área da manutenção dos edifícios escolares, perante a existência de equipas já perfeitamente ajustadas, constituídas por funcionários da Câmara Municipal. Contudo, segundo, informações recentes, o problema está em vias de ser ultrapassado, prevendo-se a publicação dum "despacho" da CCDRLVT, onde será assumido que estas novas competências das Juntas de Freguesia só serão exercidas para equipamentos que sejam propriedade das próprias Juntas de Freguesia. Ora o domínio municipal, como se sabe, é da Câmara, as Juntas não têm arruamentos, não têm passeios.-----

U
J.
[Handwritten signature]

E por último, em relação às delegações legais, o que se assume é se não houver acordo ou negociação prévia, também não se torna imperativo cumprir com as mesmas, esperando que assim seja, lamentando que se legisle neste País, desta maneira, como se se tratasse duma questão menor. -----

- Inscreveram-se para intervir, o autarca independente **Luís Rodrigues** e o autarca **Luís Raposo**. -----

- **Luís Rodrigues** indicou que na proposta referente à Junta de Freguesia da Barrosa, vem mencionado o espaço internet, quando se sabe que não existe esse equipamento na Barrosa, presumindo ser um erro de "copy paste". -----

- **Luís Raposo**, questiona se a Associação Nacional de Municípios Portugueses não foi auscultada na elaboração desta Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, suscitando dúvidas em relação aos pontos dez, doze, catorze e dezasseis, da forma como se irão assegurar a continuidades desses serviços, pois a Lei refere que, até à entrada em vigor do acordo de execução, as competências previstas na Lei, irão ser exercidas pela Câmara Municipal. Mais duvida do articulado que permite à Assembleia Municipal autorizar a celebração destes acordos. Tem muita dificuldade em encaixar estas questões num quadro normal de legalidade, manifestando-se mais uma vez contra esta Lei. -----

- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou ainda da palavra para reafirmar que tudo isto resulta duma Lei, "sem pés nem cabeça". Perante a situação que se impunha, a Câmara esforçou-se por encontrar formas de defender juridicamente esta proposta, salvaguardando a capacidade das Juntas de Freguesia de poderem dar continuidade ao seu trabalho, crendo que, minimamente, a Câmara e a Assembleia se encontram "defendidas" com a proposta apresentada. -----

Em relação à questão colocada pelo autarca **Luís Raposo**, o senhor Presidente da Assembleia respondeu afirmando que a ANMP costuma ser ouvida e emite os seus pareceres, só que depois os mesmos nem sequer constam dos Diários da República, quando as Leis são publicadas, tendo esta Entidade tido posições muito contrárias ao espírito desta Lei, tendo até, na altura, alertado para o facto desta Lei não ter condições para entrar em vigor. Neste momento, as Juntas de Freguesia têm competências próprias que não capazes de cumprir, estando previsto, para cobrir

N
4.
9

financeiramente estas competências, o valor cobrado do IMI de um por cento, cerca de oitenta mil euros. É impossível trabalhar assim e, como não se podem paralisar as Juntas de Freguesia, procurou-se a sua sustentabilidade financeira, durante os tais cento e oitenta dias, desta forma que se apresenta, sendo esta a única saída legal, por forma a impedir o colapso das Freguesias, não vislumbrando maneira melhor do que esta. Apela à compreensão de todos, pois não se pode fugir às responsabilidades e a melhor maneira de o fazer é cumprindo a Lei, não perdendo a esperança de que a mesma venha a ser alterada, pois é por demais evidente a sua contradição com a realidade. -----

- Terminadas as intervenções, foi o presente Ponto posto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

- Este ponto foi aprovado sob a forma de minuta. -----

PONTO DEZ – AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DE ACORDO PARA ASSEGURAR A CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS E DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA JUNTA DE FREGUESIA DE BENAVENTE – Apreciação e eventual autorização, nos termos da alínea j) do número um do artigo vigésimo quinto, conjugada com a alínea ccc) do número um do artigo trigésimo terceiro, ambas do anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro: -----

- Foi o presente Ponto sujeito a votação, tendo sido aprovado por maioria, com vinte votos a favor, sendo: catorze da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Socialista (Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa), quatro do Partido Social Democrata e um do autarca independente, Luís Rodrigues e cinco votos contra do Partido Socialista. -----

- O presente Ponto foi aprovado sob a forma de minuta. -----

PONTO ONZE – AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E DE DESPESAS PLURIANUAIS, COM A JUNTA DE FREGUESIA DE SAMORA CORREIA – Apreciação e eventual autorização, nos termos da alínea k do número um do artigo vigésimo quinto, conjugada com a alínea m) do número um do artigo trigésimo terceiro, ambas do anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro: -----

-Posto a votação, foi o presente Ponto aprovado por unanimidade. -----

- Este ponto foi aprovado sob a forma de minuta. -----

PONTO DOZE – AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DE ACORDO PARA ASSEGURAR A CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS E DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA JUNTA DE FREGUESIA DE

SAMORA CORREIA – Apreciação e eventual autorização, nos termos da alínea j) do número um do artigo vigésimo quinto, conjugada com a alínea ccc) do número um do artigo trigésimo terceiro, ambas do anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro: -----

- Foi o presente Ponto sujeito a votação, tendo sido **aprovado por maioria**, com vinte votos a favor, sendo: catorze da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Socialista (Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa), quatro do Partido Social Democrata e um do autarca independente, Luís Rodrigues e cinco votos contra do Partido Socialista. -----

- O presente Ponto foi aprovado sob a forma de minuta. -----

PONTO TREZE – AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E DE DESPESAS PLURIANUAIS, COM A JUNTA DE FREGUESIA DE SANTO ESTEVÃO – Apreciação e eventual autorização, nos termos da alínea k) do número um do artigo vigésimo quinto, conjugada com a alínea m) do número um do artigo trigésimo terceiro, ambas do anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro: -----

- Posto a votação, foi o presente Ponto **aprovado por unanimidade**. -----

- Este ponto foi aprovado sob a forma de minuta. -----

PONTO CATORZE – AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DE ACORDO PARA ASSEGURAR A CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS E DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA JUNTA DE FREGUESIA DE SANTO ESTEVÃO – Apreciação e eventual autorização, nos termos da alínea j) do número um do artigo vigésimo quinto, conjugada com a alínea ccc) do número um do artigo trigésimo terceiro, ambas do anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro: -----

- Foi o presente Ponto sujeito a votação, tendo sido **aprovado por maioria**, com vinte votos a favor, sendo: catorze da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Socialista (Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa), quatro do Partido Social Democrata e um do autarca independente, Luís Rodrigues e cinco votos contra do Partido Socialista. -----

- O presente Ponto foi aprovado sob a forma de minuta. -----

PONTO QUINZE – AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E DE DESPESAS PLURIANUAIS, COM A JUNTA DE FREGUESIA DA BARROSA – Apreciação e eventual autorização, nos termos da alínea k) do número

um do artigo vigésimo quinto, conjugada com a alínea m) do número um do artigo trigésimo terceiro, ambas do anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro: -----

N
J.
d

- Posto a votação, foi o presente Ponto **aprovado por unanimidade.** -----

- Este ponto foi aprovado sob a forma de minuta. -----

PONTO DEZASSEIS – AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DE ACORDO PARA ASSEGURAR A CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS E DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA JUNTA DE FREGUESIA DA BARROSA – Apreciação e eventual autorização, nos termos da alínea j) do número um do artigo vigésimo quinto, conjugada com a alínea ccc) do número um do artigo trigésimo terceiro, ambas do anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro: -----

- Foi o presente Ponto sujeito a votação, tendo sido **aprovado por maioria**, com vinte votos a favor, sendo: catorze da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Socialista (Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa), quatro do Partido Social Democrata e um do autarca independente, Luís Rodrigues e cinco votos contra do Partido Socialista. -----

- O presente Ponto foi aprovado sob a forma de minuta. -----

Neste momento, pelas dezanove horas e trinta e cinco minutos, antes da apresentação do Ponto que se segue, a senhora Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa pediu autorização para abandonar mais cedo os trabalhos da sessão, o que lhe foi devidamente autorizado pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

PONTO DEZASSETTE – PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE REVISÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE, nos termos da alínea a) do número um do artigo vigésimo sexto do anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro: -----

- O senhor Presidente da Câmara informou ter acordado previamente com os líderes dos grupos municipais, a seguinte proposta de constituição: -----

- Carlos Orlando Marques Pauleta, pela Coligação Democrática Unitária; -----
- Maria Laura Morais Vieira Carvalho Henriques, pelo Partido Social Democrata; -----
- Maria Leonor Gomes Simões Rodrigues Dias, pelo Partido Socialista. -----

A presente proposta, depois de apreciada, foi aceite por unanimidade. -----

PONTO DEZOITO – PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DE COMISSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, nos termos da alínea c) do número um do

artigo vigésimo sexto do anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro: -----

- O senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou uma proposta de constituição das Comissões Específicas da Assembleia Municipal, tendo previamente dado conhecimento da mesma, aos líderes dos grupos municipais. Referiu que a proposta foi elaborada no sentido de agregar as várias áreas municipais de intervenção em três Comissões, tornando-as mais eficientes. O Partido Socialista apresentou, entretanto, uma proposta alternativa, sobre a qual o senhor Presidente da Assembleia mencionou não ter grandes diferenças em relação à proposta da Mesa, não trazendo grandes benefícios. -----

- Pediu para intervir o autarca **António José Rabaça**, afirmando que a proposta alternativa resultou do alinhamento de competências científicas, aceitando que os "jardins e zonas verdes" se mantenham na primeira Comissão, apresentada pela Mesa, e que, em contrapartida, na segunda Comissão deveriam ficar as áreas apresentadas pelo seu Partido. Na terceira Comissão, propunha que se agregasse a "cultura", o "desporto" e os "tempos livres" à "educação". -----

- Em resposta, o senhor Presidente da Assembleia Municipal quis realçar o facto de que os pelouros das áreas que constituem as Comissões, são da responsabilidade dos vereadores, não tendo agregado, numa só, os sectores da educação, acção social, saúde e juventude, com a cultura, desporto e tempos livres, por razões de sobrecarga das mesmas, dividindo essas mesmas áreas em duas, por lhe parecer mais sensato. Declarou manter a sua proposta inicial, não aceitando as alterações apresentadas pelo Partido Socialista. Houve, entretanto, um compasso de espera, por parte do Partido Socialista, para decidir da aceitação ou não da proposta da Mesa, não tendo aceitado.

- Assim, dada a inexistência de consenso, a Assembleia Municipal aceitou a proposta apresentada pelo senhor Presidente da Mesa, ficando assim constituídas as seguintes Comissões: -----

- PRIMEIRA COMISSÃO: -----

- Gestão Administrativa e Financeira; -----
- Estratégia e Desenvolvimento; -----
- Coordenação do PDM; -----
- Fundos comunitários; -----
- Jardins e zonas verdes; -----
- Participação na CIMLT, Águas do Ribatejo, Resiurb/Ecolezíria. -----

SEGUNDA COMISSÃO: -----

- Planeamento urbanístico, urbanização e edificação; -----
- Ambiente; -----
- Cultura; -----
- Protecção civil e segurança pública; -----
- Trânsito e toponímia; -----
- Desporto, tempos livres e equipamentos desportivos. -----

U
Q.
B

TERCEIRA COMISSÃO: -----

- Educação, Acção Social, saúde e juventude; -----
- Promoção turística; -----
- Infraestruturas municipais; -----
- Património. -----

PONTO DEZANOVE – ACOMPANHAMENTO DA ACTIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL

– Apreciação duma informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade desta e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do número dois do artigo vigésimo quinto do anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro: -----

- O senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra, fazendo o ponto da situação financeira da Câmara, até ao final do ano: em relação à **Receita**, a taxa de execução é de sessenta e seis vírgula dois por cento e a **Despesa** é de trinta e três vírgula nove por cento, resultando num saldo de um milhão oitocentos e noventa e oito mil, cento e vinte e oito cêntimos, a transitar para o ano seguinte. Considera ser uma boa situação financeira, convindo mantê-la, sendo o melhor caminho para o fazer, o da contenção das despesas, do rigor e do equilíbrio financeiros. -----

- Inscreveram-se para intervir nesse Ponto, os autarcas, **Sónia Ferreira, Maria Leonor Dias, António Chaparro, Pedro Pereira, António José Rabaça e Luís Rodrigues**. -----

- A autarca **Sónia Ferreira**, sugeriu a revisão do plano de iluminação pública, pois não é só em Foros da Charneca que se verificam luminárias apagadas em sítios que não deviam estar, também em Benavente existem situações do mesmo tipo, pondo em causa a segurança das pessoas, existindo, igualmente, casos de luminárias que se encontram acesas durante o dia. Referiu-se também às obras promovidas pelas Águas do Ribatejo, que decorrem em Samora Correia, querendo saber para quando está prevista a sua finalização e se foi prestada a devida informação aos munícipes. Por último, questionou se estão identificados todos os prédios que se encontram devolutos, na área do município, prevenindo-se eventuais acidentes que possam ocorrer. -----

- A autarca **Maria Leonor Dias**, levantou duas questões: - a primeira é se se mantém a previsão de abertura em Janeiro próximo, da escola básica da Fonte dos Escudeiros, em Samora Correia; - a segunda é se as aulas de desporto, inseridas no programa “Mexa-se Melhor” são dinamizadas por quem e onde é que são efectuadas. -----

- O autarca **António Chaparro**, referiu que o “site” da Câmara tem uma das piores classificações no respectivo ranking, querendo saber que medidas se tencionam tomar para melhorar o mesmo. -----

- O autarca **Pedro Pereira**, realçou, em primeiro lugar, o orgulho do Partido Socialista, em apostar na juventude dos seus representantes, como é o caso do seu colega, António Chaparro. Depois, propõe que o Gabinete de Imprensa e Relações Públicas da

Câmara, trabalhe em articulação para tentar melhorar o site do Município e subirem no "ranking". -----

N
il.
R
R

- O autarca, **António José Rabaça**, lança um desafio ao senhor Presidente da Câmara para analisar o que considera serem os pontos fracos e os pontos fortes do Município, enunciando alguns deles: - concelho com grandes barreiras arquitectónicas; - fraco desenvolvimento económico e social, não existindo formas de ocupação de tempos livres; - boas acessibilidades e situação privilegiada pela proximidade a Lisboa. Deixa, igualmente, algumas sugestões para ajudar ao desenvolvimento do Município: - enquadramento da mobilidade e ordenamento do território, criando-se vias partilhadas para peões e ciclistas, pensando até nos próprios peregrinos, que passam pela várzea de Samora, em direcção a Fátima; - promover concurso de ideias; - tornar o Município livre de herbicidas, fazendo, entre outros, o trabalho com roçadoras; - recomenda a reconstrução dos passeios, com colocação de calçadas ao contrário, permitindo, deste modo, eliminar riscos de quedas. -----

- O autarca **Luís Rodrigues**, interveio sobre a área da educação, nomeadamente em relação à forma como foi constituído o Conselho Geral de Escola do Agrupamento Escolar de Samora Correia, com a qual não concorda, devido a eventual ilegalidade, continuando-se conivente com a situação. Depois referiu-se à necessidade de reforçados os subsídios para atribuição de livros e de material escolar às crianças carenciadas. Por último, denunciou algumas anomalias com as obras das Águas do Ribatejo, em Samora Correia, designadamente, a duração temporal das obras, a não divulgação das mesmas junto dos munícipes, o mau atendimento por parte de representantes da empresa, face às diversas reclamações que apresentou, deixando o alerta de que se for ultrapassado o prazo dos cento e cinquenta dias, tenciona juntar-se à população para desmascarar a situação. Considera não ter sido este o melhor "timing" escolhido para as efectuar. Terminou, referindo-se à zona dos Arados, em Samora Correia, por não dispor ainda de rede de saneamento. -----

- Terminadas as intervenções, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, para responder às várias questões que foram colocadas: -----

- À eleita **Sónia Ferreira**, esclareceu que foram desligadas cerca de duas mil luminárias, por toda a área do município, e colocados relógios astronómicos, que acompanham o ciclo solar. Pode, efectivamente, haver alguns ajustes, que carecem de verificação. -----

Relativamente às obras que decorrem em Samora Correia, aproveitando também para responder ao autarca, **Luís Rodrigues**, que interveio sobre o mesmo tema, explicou que a respectiva empreitada tinha o seu início previsto para o princípio do Verão, só que, entretanto, a empresa adjudicatária faliu, tendo-se procedido à abertura de novo concurso, que foi adjudicado a uma empresa local, a Protecnil, prevendo-se que a obra de substituição das redes termine em Junho, estando a obra a ser articulada com a intervenção dos vereadores da Câmara. Está-se também a tentar manter as populações informadas do decurso das obras. -----

Por último, referiu-se ao processo dos prédios devolutos, esclarecendo que o mesmo está a ser acompanhado, encontrando-se-, actualmente, na fase de notificação dos respectivos proprietários. -----

W
J.
B

- À eleita **Maria Leonor Dias**, esclareceu que está prevista a abertura da escola, a que se referiu, apenas em Setembro próximo e quanto ao programa "Mexa-se Melhor", o mesmo está direccionado para a população sénior e é dinamizado pelos técnicos do sector de desporto, nas piscinas municipais. -----

- Ao eleito **António Chaparro**, manifestou surpresa pela classificação obtida pelo nosso site, tendo até feito a abordagem da questão junto da CIMLT. Foi informado que, face ao Município que ganhou, não se verificaram muitas diferenças em comparação com o da Câmara Municipal de Benavente. No âmbito da CIMLT, está-se a apurar da forma como este estudo foi efectuado, não se conformando efectivamente com o resultado

obtido. Mencionou que esta resposta, estende-se igualmente ao autarca, Pedro Pereira, que interveio sobre este mesmo assunto. -----

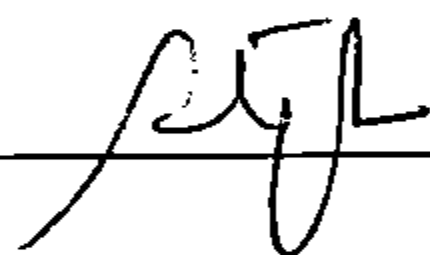
- Ao eleito **António José Rabaça**, registou a sua lista de pontos fortes e fracos do nosso Município. Ficaram também as ideias e sugestões que numa próxima oportunidade, poderão vir a ser objecto de estudo ou até consideradas. Quanto à aplicação de herbicidas, a informação de que dispõe, é de que as mesmas não são nocivas para a saúde pública, é esse o "report" que tem tido do Gabinete de Ambiente da Câmara. No entanto, tenciona vir a analisar melhor a situação invocada pelo autarca. Manifestou-se compreensivo com a ideia de se arranjam os passeios, mas, actualmente, a prioridade é para se construírem passeios novos, onde eles ainda não existam. -----

- Por último, respondeu ao autarca **Luís Rodrigues**, informando-o que a nova vereadora que detém o pelouro, está a inteirar-se da situação relacionada com o Conselho de Escola do Agrupamento, tendo o autarca, **Hélio Justino**, Presidente da Junta de Freguesia de Samora Correia, pedido autorização para intervir, dado que, por inerência do cargo que ocupa, é conhecedor do assunto, tendo afirmado que vai ser repetido o processo de eleição, numa tentativa de regularizar a situação daquele Conselho de Escola. O seu funcionamento tem-se revelado muito complexo e complicado, com professores que nunca assumiram o seu lugar. Espera agora que a situação venha a decorrer melhor. Há o compromisso de que, no início do próximo ano, com a nova composição, se possa reunir com a normalidade, que se exige. -----

- Encerrado o período de discussão dos assuntos da Ordem do Dia, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a excelente colaboração dos eleitos no decorrer desta Sessão, após o que anunciou a votação da minuta das deliberações, relativas aos pontos um a dezasseis da respectiva Ordem do Dia, para que produzam efeitos imediatos, ao abrigo do preceituado nos números três e quatro do artigo número cinquenta e sete do anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade. -----

- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente Sessão, pelas vinte horas e cinquenta minutos, da qual para constar e para os demais efeitos, se lavrou a presente acta, que foi apreciada e votada na Primeira Sessão Ordinária subsequente, realizada no dia vinte e oito de Fevereiro de dois mil e catorze, tendo sido aprovada, por maioria, com vinte votos a favor: - sendo catorze da CDU, quatro do PSD, um do PS (Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa) e um do autarca independente Luís Rodrigues, e cinco votos contra do PS, sendo rubricada e assinada por todos os membros da Mesa e por mim, Maria Clara Casanova Parracho da Silva Lourenço, coordenadora técnica do Município, que a elaborei. -----

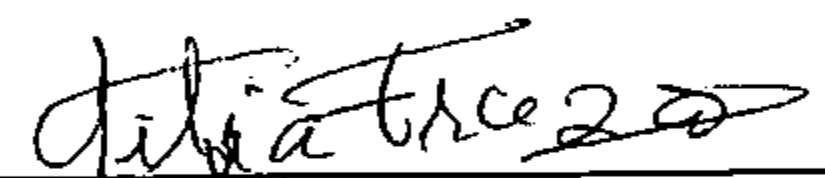
O Presidente da Assembleia Municipal,



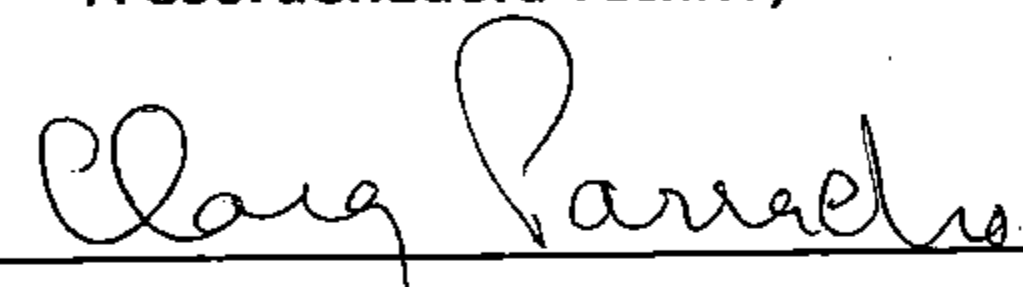
A Primeira Secretária,



A segunda Secretária,



A Coordenadora Técnica,



Na sessão em que foi aprovada a presente acta, a Mesa da Assembleia Municipal foi integrada pelo seu Presidente, António José Ganhão, pela Segunda Secretária, Clarisse Isabel Ganhão Castanheiro, em substituição como Primeira Secretária e por Sílvia Arminda Calado Frazão, autarca que, em substituição, desempenhou as funções de Segunda Secretária. -----

Asssembleia Municipal - Clara Parracho

De: Luís Rodrigues <luissamora@msn.com>
Enviado: quinta-feira, 19 de Dezembro de 2013 18:56
Para: Assembleia Municipal - Clara Parracho
Cc: clarisse.castanheiro@gmail.com
Assunto: Justificação para ata do voto contra no ponto 5 da OT da I Sessão Ordinária da AM Benavente - dia 19 de dezembro

*Declarar o voto.
mesmo no ato.*

ppf

Importância: Alta

D. Clara boa noite!

Envio-lhe a justificação que peço que seja incluída na ata desta sessão da AM Benavente.

O autarca Luís Rodrigues votou contra a lista de "Quatro pessoas designadas pela assembleia municipal, ou pela assembleia de freguesia, nos casos previstos no n.º 2 do artigo 15.º, de entre cidadãos eleitores preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo;" de acordo com o artigo 17, alínea 1, da Lei 147/99 de 1 de setembro em virtude de apenas ter tido conhecimento desta designação no momento de votação do ponto e também por achar que no município, como diz o ponto, existirem cidadãos eleitores com mais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo, e que tem dado provas do seu trabalho neste âmbito.

Com os meus melhores cumprimentos

Luís Rodrigues
luissamora@msn.com

Assembleia Municipal - Clara Parracho

De: Pedro Pereira <pedro.099@gmail.com>
Enviado: quinta-feira, 30 de Janeiro de 2014 09:43
Para: Mail_AssembleiaMunicipal
Assunto: Declaração de voto

Ponto 8 - proposta de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais.

Abstive-me na votação deste ponto à semelhança do que fiz na Assembleia intermunicipal da CIMLT, por uma questão de coerência e também pelas reservas que tenho relativamente à Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, nomeadamente, nos artigos 5.º, 11.º e 13.º.
Na ausência de parecer jurídico, embora compreenda as necessidades de gestão da autarquia, abstenho-me nesta votação.

Benavente, 19 de Dezembro de 2013

Pedro Nuno Simões Pereira, eleito pelo PS

APROVADO POR UNANIMIDADE, COM ACLAMAÇÃO.

Doc. 1



VOTO DE PESAR

FALECIMENTO DO DR. JOAQUIM SALVADOR ROQUE

No passado dia 2 de dezembro, faleceu aos 83 anos de idade, o Médico, Dr. Joaquim Salvador Roque, natural de Samora Correia, uma das figuras mais carismáticas da freguesia.

Era um cidadão de excepção, um ser humano de grande generosidade, pessoa acarinhada e reconhecida por toda a população.

Ao longo da sua vida foi sempre um cidadão activo, muito diligente e profissional na sua atividade, nunca negando o apoio aos que mais precisavam e, também, às Associações e Colectividades de Samora Correia. Pelo que a sua morte constituiu uma perda muito significativa para a comunidade.

Foi agraciado, no ano de 2003, com a Medalha do Foral, pela Junta de Freguesia de Samora Correia, como reconhecimento pelo trabalho que desenvolveu em prol desta terra e das suas gentes.

A população do município de Benavente e, em especial a de Samora Correia, tinha por si, grande estima e consideração. E são tantas as saudades que deixa, como as boas recordações. Obrigado Dr. Roque.

Benavente, 19 de dezembro de 2013

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Benavente

Mamuel L. G. Mota
Flores
Alvaro António
Maria Gabriela Santos
Paulo L. L. R.
Joaquim L. L. R.
João L. L. R.
Walter L. L. R.

APROVADO POR UNANIMIDADE, COM ADIÇÃO DOC. 2.



VOTO DE PESAR

FALECIMENTO DE JOSÉ CARLOS CARVALHO BOGADO

José Carlos Carvalho Bogado nasceu em Samora Correia em 31 de maio de 1939 e faleceu no passado dia 26 de Novembro, com 74 anos de idade, vítima de doença prolongada.

Ao longo da sua vida foi sempre um cidadão activo e participativo na comunidade.

Foi Presidente da Junta de Freguesia de Samora Correia entre 1980 e 1990, numa altura em que aquela freguesia começou a apresentar índices de crescimento, que ainda hoje a diferenciam da grande maioria das outras freguesias da região e, mesmo do país.

Foi um homem bom, simples e afável, que tratava todos com disponibilidade e deferência.

O Município de Benavente e em particular a freguesia de Samora Correia devem-lhe um obrigado, como reconhecimento pelo trabalho que desenvolveu em prol da sua terra e da sua população.

Benavente, 19 de dezembro de 2013

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Benavente

Manuel P. Mota
Manuel S. S.
António F. S.
António F. S.
Manoel Gabriel Santos
Paulo J. C. V.
António F. S.
Rogério Mendes
Marta L. S.

APROVADO POR UNANIMIDADE, COM ACLAMAÇÃO

Doc. 3



VOTO DE PESAR

Nelson Mandela

Nelson Mandela desde muito cedo se identificou com as aspirações de liberdade e justiça do seu povo, dedicando a sua vida à luta contra o regime explorador e opressor do apartheid na África do Sul. Na sequência do massacre de Sharpeville, perpetrado pela polícia sul-africana, e da ilegalização do Congresso Nacional Africano, em 1960, Nelson Mandela fundou e conduziu à luta armada do ANC contra o apartheid.

Nelson Mandela foi preso por várias vezes, vindo a ser condenado na última vez a prisão perpétua da qual cumpriu 27 anos.

Em 1985 foi-lhe negada a liberdade condicional por se recusar a renegar a luta armada do seu povo contra o apartheid. Em 1990, culminando a heróica luta do povo sul-africano e uma campanha de solidariedade e de exigência da sua libertação desenvolvida ao nível mundial pelas forças progressistas, Nelson Mandela viria a ser libertado, tomando o seu lugar na direcção do processo que conduziria ao fim do hediondo regime de apartheid.

Nelson Mandela permaneceu até 2008 integrado na lista das personalidades consideradas terroristas pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos da América.

O corpo de Nelson Mandela foi a enterrar no passado dia 15 de Dezembro na sua terra natal.

Foram-lhe atribuídos várias distinções de onde se salienta o Prémio Nobel da Paz e, para que a humanidade recorde a sua dedicação, os valores que defendeu e as causas humanitárias porque lutou, a Organização das Nações Unidas instituiu o seu dia de nascimento, 18 de Julho, como o Dia Internacional Nelson Mandela.

Porém a obra do resistente contra a opressão e humilhação do seu povo, do combatente pela liberdade e por uma sociedade mais justa e livre perdurará no panteão planetário de «aqueles que por obras valorosas se vão da lei da morte libertando» como o definiu o nosso imortal Camões.

A Assembleia Municipal de Benavente, reunida em sessão ordinária no Salão Nobre dos Paços do Concelho, presta a homenagem ao destacado resistente e combatente, que doou à humanidade toda a sua vida e 28 anos da sua liberdade.

Este voto de pesar deve ser entregue na embaixada Sul-africana em Lisboa

Benavente, 19 de Dezembro de 2013

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Benavente

Manuel de Matos
Flávio Santos
Joaquim
António
António
António

Rui
Rui
Rui
Rui
Rui

APROVADO POR UNANIMIDADE, COM ACRASCAO. DOC. 4



Assembleia Municipal de Benavente
Grupo Municipal do Partido Socialista

Voto de Pesar

O Grupo Municipal do PS na Assembleia Municipal de Benavente apresenta um sentido voto de pesar pelo falecimento, no passado dia 5 de dezembro, de Nelson Mandela, insigne político e estadista sul-africano, Prémio Nobel da Paz, em 1993.

Aos 95 anos, faleceu um dos homens mais inspiradores dos séc. XX e XXI, no movimento político, social e humano. Nelson Mandela deve constituir para todos nós um exemplo a seguir. Foi alguém que deixou uma luz de esperança e de inspiração, que nos deve motivar a construir pontes de diálogo e a fazer do movimento cívico e político algo construtivo para a vida das pessoas. Alguém que usou o poder que tinha ao serviço do bem da humanidade e não dos seus próprios interesses e bem-estar. Os interesses de Mandela eram genuinamente puros e humanos e isso refletia-se nas suas ações e discursos. Foi uma pessoa desapegada do poder político, pois não fez questão de o prolongar no tempo. Soube sair com a mesma dignidade com que entrou; soube estar antes, durante e depois, em todo o seu percurso, desde a prisão até à sua morte, de forma exemplar. Infelizmente para todos nós, são raros os casos de políticos com este caráter, com esta dignidade e espiritualidade. Deixa-nos um legado de paz, de reconciliação, de liberdade, de democracia, mas também de resistência, e um sorriso que encantou o mundo e fez dele um dos líderes mais carismáticos dos Séculos XX e XXI. Que saibamos preservar e conservar esta luz que nos deixou, no ato de fazer algo de bom pelo próximo. Mandela tornou possível o que parecia impossível, com o fim do Apartheid: a união entre brancos e negros, a união entre concidadãos sul-africanos.

Mandela foi um ser humano que aprimorou o lado bom que todos os seres humanos têm e soube expressá-lo ao mundo. A mensagem, a semente e a luz que nos deixa podem fazer com que deixemos a nossa marca no meio em que vivemos e onde nos envolvemos, se deixarmos que o lado mais positivo que há em nós floresça e se expanda. Recordamos uma das suas frases célebres que são intemporais: "As diferenças económicas, políticas brutais e privilégios arraigados podem ser superados por homens de boa vontade, princípios e dedicação".

Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Benavente, na sua sessão ordinária de 19 de dezembro de 2013, delibere:

- a) aprovar um voto de pesar pela morte de Nelson Mandela;
- b) guardar um minuto de silêncio em sua memória;
- c) remeter o presente voto de pesar à embaixada da África do Sul.

Benavente, 19 de dezembro de 2013

O Grupo Municipal do PS

Pedro Pereira

António Ribeiro

António Chafam

LS 7-00

APROVADO POR UNANIMIDADE.

Doc 5

U
f.



CONGRATULAÇÃO AOS ATLETAS BRUNO NOBRE E DIOGO GANCHINHO

O associativismo no município de Benavente tem uma expressão bastante significativa, contribuindo de forma inequívoca para a sociabilização, construção da identidade e afirmação da cidadania, numa atitude de clara vivência democrática.

Das várias modalidades desportivas existentes no concelho de Benavente, destacou-se mais recentemente a de trampolins.

Com efeito, no passado mês de Novembro, Bruno Nobre, atleta do Clube Futebol Estevense, conquistou a única medalha para Portugal no Campeonato do Mundo de Trampolins, que decorreu em Sófia, na Bulgária, tendo conseguido um honroso 3.º lugar no pódio de duplo mini trampolim.

No mesmo campeonato, o atleta de Santo Estêvão Diogo Ganchinho obteve o quinto melhor registo em trampolim individual, tendo sido posteriormente distinguido pela Federação Portuguesa de Ginástica, na sua Gala de Aniversário, como o Ginasta Masculino do Ano.

Reunida em 19 de Dezembro de 2013, a Assembleia Municipal de Benavente reconhece o trabalho e empenho destes dois grandes atletas e congratula-se com o sucesso e resultados obtidos, que em muito dignificam o município.

Benavente, 19 de Dezembro de 2013

Os eleitos da Coligação Democrática Unitária

Manuel António
Manuel Santos
José António
José António
Hélia Gabriela Santos
Paulo José

Diogo Manuel
Rogério Pereira
Walter

Depois de aprovada, esta congratulação deverá ser enviada ao Bruno Nobre, Diogo Ganchinho, Clube de Futebol Estevense e à Federação Portuguesa de Ginástica.

APROVADO POR MAIORIA, COM 20 VOTOS A FAVOR (14 DA CDU, 6 DO PS), 1 ABSTENÇÃO (INDEPENDENTE LUIS RODRIGUES) E 4 VOTOS CONTRA DO PPD/PSD.

CDU - Coligação Democrática Unitária - PCP-PEV

Mocção

Orçamento de Estado para 2014

Considerando que o Orçamento de Estado para 2014:

- a) Conjugado com a nova Lei das Finanças Locais, dele indissociável, acentua a redução da participação das autarquias nos recursos do Estado;
- b) Reforça as medidas de tutela e de ingerência na gestão autárquica aprofundando o ataque à autonomia do Poder Local;
- c) Prossegue e aprofunda a degradação dos rendimentos, das condições de trabalho e das prestações sociais dos trabalhadores das autarquias no quadro do violento ataque continuado aos trabalhadores da função pública, ao serviço público e ao regime democrático tal como o caracteriza a Constituição da República Portuguesa;
- d) Induz estagnação e degrada as condições de desenvolvimento de actividades económicas, contribuindo para o empobrecimento do Município e da população do Concelho de Benavente;
- e) Limita o acesso à saúde, à educação e à protecção social que constituem direitos fundamentais do Homem, internacionalmente reconhecidos;
- f) Contribui para o aumento da exploração dos trabalhadores, a redução dos rendimentos dos reformados, o empobrecimento das famílias e a ruína das PME's, em benefício e protecção dos interesses dos grupos económicos e do capital financeiro, nacional e internacional.

A Assembleia Municipal de Benavente, reunida em Sessão Ordinária a 19 de Dezembro de 2013, delibera:

1. Repudiar o esbulho dos recursos que o Estado deve colocar à disposição das autarquias com vista à manutenção e melhoria das condições de vida das populações nos domínios da competência exclusiva ou dominante dos seus órgãos.
2. Manifestar a sua solidariedade para com os trabalhadores das autarquias e, igualmente, para com todos os trabalhadores da administração pública, trabalhadores em geral, em especial para com os que perderam os seus

empregos, reformados e pensionistas, cujas condições de vida e de trabalho se vêm progressivamente degradando e este Orçamento agrava.

3. Reclamar medidas e políticas que desagravem a asfixia a que vêm sendo condenadas as micro, pequenas e médias empresas e os pequenos agricultores e camponeses, possibilitem e estimulem o crescimento económico e o desenvolvimento em geral.

4. Exigir o fim do ataque à prestação dos serviços públicos, à delapidação dos recursos e do património público, particularmente através da política ruinosa de privatização de tudo o que é público e rentável, particularmente de serviços e sectores públicos como a água, o saneamento, os resíduos sólidos urbanos, com a consequente degradação da prestação dos serviços e aumento do seu custo.

5. Apelar ao Presidente da República para que, no cumprimento das suas obrigações e em conformidade com o juramento que fez em cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa, vete o Orçamento de Estado para 2014.

Benavente, 19 de Dezembro de 2013

Os eleitos da Coligação Democrática Unitária

Manuel Sp. Martins
Helder Santos
Jorge Leal
Álvaro Trigueiros
Maria Gabriela Santos
Fátima da Silva
Jorge Manuel Trigueiros
Rogério Pereira

A ser aprovada, esta Moção deverá ser enviada ao Presidente da República, ao Primeiro Ministro, aos Grupos Parlamentares e ao Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local.